



TRT 11ª REGIÃO
AMAZONAS & RORAIMA

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA REGIONAL
DO TRT11ª REGIÃO
2014 - 2016**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA REGIONAL
DO TRT11ª REGIÃO**

GESTÃO - 2014 / 2016

CORREGEDORA: ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES

MANAUS, DEZEMBRO DE 2016

Biênio 2014/2016
Equipe de apoio

SERVIDORES CORREGEDORIA

Benjamim Matias Fernandes filho

Marcelo Mendes da Costa

Milton Ari Mallez

Sonia Maria de Souza Pantoja

Vera Regina Santos Ribeiro

Maria José da Silva Freitas Santos

SERVIDORES OUVIDORIA

Honorina Bezerra de Araújo

Marlene Nascimento de Moraes

SERVIDORES GABINETE

André Cesar Andrade Zau

Ione da Costa Souza

Ivanira Pereira Nunes

Maria de Jesus Almeida Vale

Maria de Lourdes Moda de Sá

Maria Helena Farias Nishiki

Maria Helena Moura Brandão

Mercelinda Lima de Oliveira

Nubia Maria de Souza Braga

Silmara Lesa Godinho Rodrigues

SUMÁRIO

1. PALAVRA DA CORREGEDORA.....	5
2. CORREGEDORIA REGIONAL.....	5
3. CORREIÇÃO E INSPEÇÃO CORREICIONAL.....	6
4. ATRIBUIÇÕES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	8
5. PROVIMENTOS.....	21
6. PROPOSIÇÃO DE NORMAS.....	21
7. ATOS.....	21
8. PROCESSOS DE VITALICIAMENTO.....	22
9. COMISSÕES DE SINDICÂNCIA.....	22
10. JUSTIÇA ITINERANTE.....	23
11. DO 1º GRAU - CUMPRIMENTO DA META 01 CNJ.....	25
12. OFÍCIOS EXPEDIDOS PARA JUÍZES DE 1º GRAU.....	27
13. DA OUVIDORIA.....	32
14. COLEOUV.....	33
15. OUTRAS ATIVIDADES EXERCIDAS.....	34
16. COLEPRECOR.....	34
17. VISITAS TÉCNICAS.....	35
18. LANÇAMENTO DE LIVRO E PARTICIPAÇÃO EM CURSOS.....	37
19. PARTICIPAÇÃO DA CORREGEDORA EM SEMINÁRIOS, PALESTRAS, POSSES E REUNIÕES.....	38
20. VISITAS DE CORTESIA NA CORREGEDORIA.....	40
21. POSSE DOS DIRIGENTES DA ANAMATRA.....	42
22. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
23. DIAGNÓSTICO RELATIVOS AOS LEVANTAMENTOS.....	44
24. SUGESTÕES APRESENTADAS PELA CORREGEDORIA.....	50
25. CONCLUSÃO.....	50

RELATÓRIO CONCLUSIVO DA CORREGEDORIA REGIONAL DO TRT DA 11ª REGIÃO 2016 BIÊNIO 2014/2016

A Desembargadora do Trabalho, Ormy da Conceição Dias Bentes, Corregedora Regional, nesta oportunidade apresenta o relatório da Corregedoria Regional do TRT da 11ª Região, biênio 2014/2016.

1. PALAVRA DA CORREGEDORA

Entrego o relatório da Corregedoria biênio 2014/2016 com satisfação de verificar ações direcionadas a esta Secretaria foram alvo do hábil cumprimento de todas as metas instituídas.

Afirmo, com tranquilidade, que os resultados que ora apresento, confirmam a seriedade da equipe da Corregedoria na gestão e na efetiva realização de ações condizentes com o trabalho planejado e com nossa essencial missão institucional, qual seja, a prestação jurisdicional de qualidade.

Destaco, também, a nova metodologia aplicada no ciclo de Correição Ordinária Anual, a qual promoveu mais entrosamento entre a Corregedoria e as Varas do Trabalho.

Enfim, foram muitas as ações efetivadas no período em questão, que podem ser conferidas no decorrer deste Relatório.

2. CORREGEDORIA REGIONAL

A Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho é o órgão incumbido da fiscalização, disciplina e orientação da administração da Justiça do Trabalho, sobre as Varas do Trabalho, seus juízes e serviços judiciários.

Compete à Corregedoria Regional, de acordo com o art. 38 e incisos I a XVI, do Regimento Interno, exercer funções de inspeção judicial e correição com relação as Varas do Trabalho, elaborar provimentos, recomendações, Instruções e Atos Normativos, decidir reclamações contra atos que afetem a boa ordem processual.

Estão sujeitos à ação fiscalizadora da Corregedoria Regional os Juízes, serviços judiciários das Varas do Trabalho e Órgãos de Primeira Instância, para a verificação do andamento dos processos, regularidade dos serviços, observância de prazos, entre outros.

Nas correições, a Corregedora verifica a regularidade do andamento dos processos, observância de prazo, a assiduidade dos juízes das Varas e sua diligência na administração da Justiça, sua residência nas sedes do seu órgão judiciário, entre outros aspectos.

Qualquer interessado pode recorrer à Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho por meio de reclamação correicional, visando corrigir erros ou abusos, quando não há recurso ou outro meio processual específico ou por meio de simples petição dirigida a Secretaria da Corregedoria, caso a insurgência não se enquadre em caso de reclamação correicional.

As atividades desenvolvidas pela Secretaria da Corregedoria compreendem o recebimento e processamento das Reclamações Correicionais, Pedidos de Providência, Representações, Provimentos (elaboração e revisão), Recomendações, Instruções e outros Atos Normativos referentes aos serviços de 1º Grau, bem como as Correições Ordinárias e Inspeção Correicional, coordenando trabalhos das Varas Itinerantes, prestando informações ao Conselho Nacional de Justiça e, ainda, acompanhamento e conclusão dos processos de vitaliciamento dos magistrados e promoções.

No que tange as atividades da Secretaria da Corregedoria, esta Corregedora organizou pessoal e atribuições específicas à capacidade individual de cada qual, visando com isso a eficiência que é considerada um elemento objetivo, entendendo que tal alvo foi atingido, não obstante as falhas humanas, cabendo deixar expresso que atingiu seu afã, como verdadeira equipe, que se revelou na participação nos atos a seguir discriminados.

2.1. MODERNIZAÇÃO DA CORREGEDORIA

A Corregedora em seu mandato realizou estudo objetivando modernizar a Corregedoria Regional, com visitas realizadas a outros Regionais na coleta de informações a serem implementadas empenhando esforço, agregando ideias para uma Corregedoria eficaz.

3. CORREIÇÃO E INSPEÇÃO CORREICIONAL

As correições e inspeção correicional estão em conformidade com o inciso XI da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e com o artigo 38, I, II, do Regimento Interno do E. TRT da 11ª Região.

3.1. METODOLOGIA DE TRABALHO

A nova metodologia utilizada implica em mais entrosamento entre a Corregedoria e as Varas do Trabalho com atuação conjunta no saneamento de eventuais incorreções nos procedimentos das Varas.

Visando atingir objetivos estratégicos e redução de tempo, as correições ordinárias foram divididas em etapas:

- I. Pré-correição;**
- II. Correição;**
- III. Pós-correição.**

O Tribunal do Trabalho da 11ª Região possui em sua jurisdição 19 Varas do Trabalho nesta capital, 03 Varas do Trabalho em Boa Vista/RR e 10 Varas do Trabalho no Interior do Estado do Amazonas. A Corregedora, realizou durante o ano de 2015 Correição Ordinária em todas as Varas do Trabalho e, em 2016, quando da elaboração do Calendário Anual de Correições observou o tempo médio entre o ano de 2015 e 2016, bem como o contingenciamento da verba orçamentária, reduzindo a equipe, tempo de viagem com relação as varas do Interior.

Assim sendo a primeira Vara do Trabalho a ser correicionada em 2016 foi a 17ª VTM (3.3.2016), seguida da VT de Parintins (16 a 18.03.2016), VT de Presidente Figueiredo (28 e 29.03.2016), VT de Manacapuru (31.03 e 01.04.2016), 15ª VTM (05.04.2016), 6ª VTM (18.04.2016), 7ª VTM (19.04.2016), 16ª VTM (26.04.2016), 4ª VTM (28.04.2016), 12ª (03.05.2016), VT de Itacoatiara (05 a 07.05.2016), VT de Tefé (09 e 10.05.2016), VT de Coari (11 a 13.05.2016), 18ª VTM (24.05.2016), 14ª VTM (07.06.2016),

9ª VTM (09.06.2016), VT de Eirunepé (15 a 17.06.2016), 8ª VTM (29.06.2016), 10ª VTM (05.07.2016), 11ª VTM (07.07.2016), 1ª, 2ª e 3ª VT de Boa Vista e Distribuidor dos Feitos de Boa Vista (10 a 15.07.2016), VT de Tabatinga (18 a 20.08.2016), 13ª VTM (23.08.2016), 5ª VTM (25.08.2016), 2ª VTM (12.09.2016), 3ª VTM (15.09.2016), VT Lábrea (19.09.2016), VT Humaitá (21 e 22.09.2016), 1ª VTM (26.09.2016), Distribuidor dos Feitos de Manaus (10.10.2016) e 19ª VTM (17.10.2016).

Correições em 2015. A primeira Vara do Trabalho correicionada em 2015 foi a 12ª VTM (6 e 17.04.2015), 15ª VTM (07.04.2015), 17ª VTM (14.04.2015), 6ª VTM (15.04.2015), 9ª VTM (16.04.2015), 16ª VTM (04.05.2015), 14ª VTM (05.05.2015), 18ª VTM (07.05.2015), 4ª VTM (11.05.2015), 7ª VTM (12.05.2015), 11ª VTM (02.06.2015), 1ª VTM (08.06.2015), 8ª VTM (09.06.2015), 19ª VTM (10.06.2015), VT Presidente Figueiredo (11 a 12.06.2015), VT Manacapuru (15 a 16.06.2015), VT Itacoatiara (18 a 20.06.2015), 2ª VTM (03.08.2015), 13ª VTM (04.08.2015), 1ª VT Boa Vista/RR (22.08.2015), 2ª VT Boa Vista (22.08.2015), 3ª VT Boa Vista (22.08.2015), 5ª VTM (24.08.2015), VT Parintins (08 a 10.09.2015), VT Humaitá (14 a 15.09.2015), VT Lábrea (16 a 17.09.2015), VT Tabatinga (14 a 17.10.2015), VT Eirunepé (21 a 24.10.2015), 10ª VTM (26.10.2015), VT Tefé (03 a 04.11.2015), VT Coari (05 a 07.11.2015), 3ª VTM (16.11.2015).

Realizou Inspeção Correicional na Vara do Trabalho de Humaitá (11 e 12.08.2015).

As Correições Ordinárias realizadas nos anos de 2015/2016 estão disponibilizadas e ou divulgadas na página principal do TRT 11ª Região e Imprensa Oficial.

A Corregedora Regional procurou em seus trabalhos correicionais, inovando, adotar forma de correição participativa, pela qual são mostrados aos servidores os critérios utilizados por esta Corregedoria para detalhar a produtividade de magistrados e andamento dos trabalhos nas Varas. Durante esse tipo de correição, a Corregedora oportuniza aos servidores e magistrados uma maior interação e integração, para que os resultados da correição sejam o retrato fiel da produtividade de magistrados e servidores, além de, na oportunidade, tentar solucionar, de imediato, os problemas detectados e também os que lhe são apresentados.

A Corregedora, também, enxugou o orçamento financeiro das correições ordinárias anuais, reduzindo o tempo com viagens, bem como a quantidade de servidores que participam das atividades correicionais.

4. ATRIBUIÇÕES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

4.1. RECEBIMENTO DE RECLAMAÇÕES CORREICIONAIS, PEDIDOS DE PROVIDÊNCIA - PROCESSOS AUTUADOS, JULGADOS E ARQUIVADOS:

4.1.1 RECLAMAÇÕES CORREICIONAIS:

Foram autuadas, em 2015, 16 (dezesesseis) Reclamações Correicionais, a seguir relacionadas:

AUTUAÇÃO	NÚMERO	PARTES
19/01/2015	00002-2015-000-11-00-0	RAIMUNDO ALVES DE SOUSA-LOJA SENSAÇÃO X JUIZ DO TRABALHO ALDEMIRO REZENDE DANTAS JUNIOR
21/01/2015	00003-2015-000-11-00-0	WORK ENGENHARIA LTDA X JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA ELAINE PEREIRA DA SILVA
02/02/2015	00011-2015-000-11-00-0	SIND DOS TRAB. EMP. TRANSP. ESPECIAL, TURISMO, FRETAMENTO, LOCADORAS E CARROS DE VALORES INTERMUNICIPAL DE MANAUS X JUIZ DO TRABALHO TITULAR PEDRO BARRETO FALCÃO NETO
10/02/2015	00013-2015-000-11-00-0	ACIR MARCOS GURGAZ X GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA, JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO NA 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
23/02/2015	00020-2015-000-11-00-0	OAB/AM - COMISSÃO DE DIREITOS E PRERROGATIVAS X ELIANE LEITE CORREA - JUÍZA DO TRABALHO SUBSTITUTA
16/04/2015	00017-2015-000-11-00-0	EXMº SANDRO NAHMÍAS MELO - TITULAR DA 17ª VTM X EXMº JOÃO ALVES DE ALMEIDA NETO - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 17ª VTM
19/05/2015	00021-2015-000-11-00-0	BANCO DO BRASIL X 1ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
15/07/2015	00029-2015-000-11-00-0	BANCO DO BRASIL S/A X JUÍZO DA 3ª VTBV
16/07/2015	00030-2015-000-11-00-0	LUIS DE PAULA E SOUSA NETO X JUIZ DO TRABALHO SILVIO NAZARÉ RAMOS DA SILVA NETO
20/08/2015	00036-2015-000-11-00-0	LUIS PAULO E SOUSA NETO X SILVIO NAZARÉ RAMOS DA SILVA NETO
02/09/2015	00037-2015-000-11-00-0	SERGIO C. GOMES X DJALMA MONTEIRO
15/09/2015	00038-2015-000-11-000-0	JOSENILDO MARTINS DE LIMA X JUÍZA TITULAR DA 2ª VARA DO TRABALHO DE BV
01/10/2015	00027-2015-000-11-00-0	SIND DOS TRAB EM TRANSP RODOVIÁRIOS DE MANAUS- JOSILDO DE O. SILVA X SILVIO NAZARÉ RAMOS DA SILVA NETO
16/10/2015	00042-2015-000-11-000-0	CAMILA SILVEIRA DE OLIVEIRA X GLAYDSON NEY SILVA DA ROCHA - Juiz do Trabalho
09/12/2015	00046-2015-000-11-000-0	MINERAÇÃO TABOCA X EDUARDO LEMOS MOTA - Juiz do Trabalho Substituto
17/12/2015	00047-2015-000-11-000-0	IMC SASTE CONST X JUÍZA DA 16ª VTM

Foram autuadas, em 2016, 12 (doze) Reclamações Correicionais, a seguir relacionadas:

AUTUAÇÃO	NÚMERO	PARTES
19/01/2016	00004-2016-000-11-00-0	HOSPITAL SANTA JÚLIA LTDA X JUIZ DO TRABALHO GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA
22/01/2016	00045-2015-000-11-00-0	LUCIÊ EDUARDO PIMENTEL E OUTROS X JUÍZO DA 9ª VTM
29/02/2016	00007-2016-000-11-00-0	MARCUS SERGIO GERMANO DE ARAÚJO X JUÍZA DO TRABALHO DA VARA DE HUMAITÁ - ANA ELIZA OLIVEIRA PRACIANO
14/03/2016	00009-2016-000-11-00-0	SOVEL DA AMAZÔNIA LTDA X JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - DANIEL CARVALHO MARTINS
15/03/2016	00008-2016-000-11-00-0	BANCO DO BRASIL S/A X JUIZ DO TRABALHO GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA
10/05/2016	00011-2016-000-11-00-0	NEDSON DA SILVA CATIVO X JUÍZO DA 9ª VTM - DR. GLEYDSON NEY SILVA DA ROCHA - JUIZ SUBSTITUTO
18/05/2016	00012-2016-000-11-00-0	ORIGINAL JÓIAS E EMBALAGENS LTDA X JUÍZA TITULAR DA 18ª VTM - DRA. SELMA THURY VIEIRA SÁ HAUACHE
23/08/2016	00016-2016-000-11-00-0	ÉRIKA SIMONE VAZ E SILVA X JUÍZO DA 11ª VTM
23/08/2016	00015-2016-000-11-00-0	MAUÉS CONSTRUÇÕES COM. E SERVIÇOS LTDA X JUIZ DO TRABALHO DE PARINTINS - DR. ALDEMIRO REZENDE DANTAS JUNIOR
09/09/2016	00017-2016-000-11-00-0	EWERTON ALMEIDA FERREIRA X JUÍZA DA 8ª VTM - SANDRA DI MAULO
07/11/2016	00019-2016-000-11-00-0	JOSUÉ NASCIMENTO BRAGA X JUÍZA TITULAR DA 8ª VTM - SANDRA DI MAULO
07/11/2016	00018-2016-000-11-00-0	JOSÉ NASCIMENTO BRAGA X JUÍZA TITULAR DA 12ª VTM - SANDRA DI MAULO

4.1.2 PEDIDOS DE PROVIDÊNCIA:

Foram autuados, em 2015, 15 (quinze) Pedidos de Providência, a seguir relacionados:

AUTUAÇÃO	NÚMERO	PARTES
21/01/2015	00005-2015-000-11-00-0	EDNALVA NOGUEIRA NOBREGA X 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
22/01/2015	00008-2015-000-11-00-0	JUIZ DO TRABALHO SUSTITUTO JOÃO ALVES DE ALMEIDA NETO X JANETE ELANE SENA BELCHIOR CRISPIM
22/01/2015	00007-2015-000-11-00-0	ZENEIDE MARTINS CEARÁ X 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
22/01/2015	00006-2015-000-11-00-0	MARIA DO CARMO VASCONCELOS DE SOUZA X 13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
29/01/2015	00009-2015-000-11-00-0	DULCILENE OLIVEIRA DE ARAÚJO X 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
30/01/2015	00010-2015-000-11-00-0	GETULIO RIBEIRO SARMENTO X JUIZ DO TRABALHO SUSTITUTO, EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO
18/03/2015	00016-2015-000-11-00-0	GISLANE MOITA DA SILVA X EDUARDO MIRANDA BARBOSA RIBEIRO, JUIZ DO TRABALHO SUSTITUTO
12/06/2015	00025-2015-000-11-00-0	OAB/AM - SUCURSAL DE HUMAITÁ X VARA DO TRABALHO DE HUMAITÁ
08/07/2015	00026-2015-000-11-00-0	SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO - AM/RR X JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE HUMAITÁ - ANA ELIZA OLIVEIRA PRACIANO
15/07/2015	00028-2015-000-11-00-0	JHONNES RODRIGUES DE MELO X JUÍZA DO TRABALHO SUSTITUTA JEANNBE KARLA RIBEIRO
27/07/2015	00031-2015-000-11-00-0	ELON ATALIBA DE ALMEDA X JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
29/07/2015	00033-2015-000-11-00-0	WALTER MONTEZUMA AFFONSO JÚNIOR X JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
29/07/2015	00032-2015-000-11-00-0	JOSÉ MARIA FILGUEIRA PIMENTA X JUÍZO DA 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
16/09/2015	00039-2015-000-11-00-0	EDNEY SOUSA COSTA X JUÍZA DO TRTALBALHO - MÔNICA SILVESTRE RODRIGUES
23/09/2015	00040-2015-000-11-00-0	MARCELO SOUZA ALMEIDA X RAIMUNDO LÚCIO DA SILVA

Foram autuados, em 2016, 4 (quatro) Pedidos de Providência, a seguir relacionados:

AUTUAÇÃO	NÚMERO	PARTES
15/01/2016	00002-2016-000-11-00-0	EDNELSON ALVES DE SOUZA X JUÍZO DA 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
16/02/2016	00006-2016-000-11-00-0	CLAUDIA DE FATIMA MATTOS DE SOUZA X JUÍZO DA 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
10/05/2016	00010-2016-000-11-00-0	NADERSON NOGUEIRA RIBEIRO X JUÍZO DA 9ª VTM
31/05/2016	00013-2016-000-11-00-0	VANESSA PIZARRO RAPP E GLAUCE MARIA COSTA X JUIZ DO TRABALHO CARLOS DELAN DE SOUZA PINHEIRO

4.1.3 MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS - CORREIÇÕES:

Foram autuadas em 2015, 47 (quarenta e sete) Matérias Administrativas, a seguir relacionadas:

AUTUAÇÃO	NÚMERO	PARTES	DATA	DECISÃO
07/01/2015	34/2015	CORREIÇÃO VT EIRUNEPÉ	11/02/2015	Arquivamento
09/01/2015	48/2015	ITINERÂNCIA VT MANACAPURU	07/01/2016	Arquivamento
28/01/2015	140/2015	JUSTIÇA ITINERANTE	25/11/2016	Arquivamento
30/01/2015	147/2015	ITINERÂNCIA VTBV	07/01/2016	Arquivamento
10/02/2015	203/2015	ITINERÂNCIA VT LÁBREA	08/01/2016	Arquivamento
26/02/2015	286//2015	CORREIÇÃO VT COARI	03/03/2015	Arquivamento
27/02/2015	292/2015	ITINERÂNCIA VT PRES. FIGUEIREDO	07/01/2016	Arquivamento
02/03/2015	300/2015	ITINERÂNCIA VT TEFÉ	08/01/2016	Arquivamento
02/03/2015	301/2015	ITINERÂNCIA VT COARI	07/01/2016	Arquivamento
02/03/2015	302/2015	ITINERÂNCIA VT ITACOATIARA	08/01/2016	Arquivamento
02/03/2015	303/2015	ITINERÂNCIA VT HUMAITÁ	07/01/2016	Arquivamento
05/03/2015	341/2015	ITINERÂNCIA VT TABATINGA	12/01/2016	Arquivamento
27/03/2015	399/2015	CORREIÇÃO VT HUMAITÁ	08/09/2015	Arquivamento
13/04/2015	540/2015	CORREIÇÃO 17ª VTM	08/10/2015	Arquivamento
13/04/2015	541/2015	CORREIÇÃO 6ª VTM	10/12/2015	Arquivamento
16/04/2015	558/2015	CORREIÇÃO 9ª VTM	24/02/2016	Arquivamento
17/04/2015	567/2015	CORREIÇÃO 18ª VTM	08/10/2015	Arquivamento

27/04/2015	593/2015	CORREIÇÃO 16ª VTM	27/01/2016	Arquivamento
27/04/2015	594/2015	CORREIÇÃO 14ª VTM	06/10/2015	Arquivamento
08/05/2015	653/2015	CORREIÇÃO 7ª VTM	06/10/2015	Arquivamento
08/05/2015	654/2015	CORREIÇÃO 7ª VTM	06/10/2015	Arquivamento
25/05/2015	769/2016	CORREIÇÃO 1ª VTM	17/12/2015	Arquivamento
26/05/2015	739/2015	CORREIÇÃO 11ª VTM	17/12/2015	Arquivamento
03/06/2015	790/2015	CORREIÇÃO 19ª VTM	17/12/2015	Arquivamento
09/06/2015	810/2015	CORREIÇÃO 8ª VTM	17/12/2015	Arquivamento
09/06/2015	812/2015	CORREIÇÃO VT MANACAPURU	19/01/2016	Arquivamento
09/06/2015	816/2015	CORREIÇÃO VT ITACOATIARA	18/12/2015	Arquivamento
22/07/2015	1014/2015	CORREIÇÃO 13ª VTM	12/01/2016	Arquivamento
23/07/2015	1022/2015	CORREIÇÃO 2ª VTM	17/12/2015	Arquivamento
07/08/2015	1087/2015	CORREIÇÃO 2ª VTBV	08/01/2016	Arquivamento
07/08/2015	1088/2015	CORREIÇÃO 1ª VTBV	08/01/2016	Arquivamento
01/09/2015	1172/2015	CORREIÇÃO VT LÁBREA	18/01/2016	Arquivamento
04/09/2015	1191/2015	CORREIÇÃO VT HUMAITÁ	15/01/2016	Arquivamento
01/10/2015	1277/2015	CORREIÇÃO VT TABATINGA	17/12/2015	Arquivamento
14/10/2015	1338/2015	CORREIÇÃO VT EIRUNEPÉ	17/12/2015	Arquivamento
19/10/2015	1346/2015	CORREIÇÃO 10ª VTM	08/01/2016	Arquivamento
19/10/2015	1347/2015	CORREIÇÃO VT COARI	18/12/2015	Arquivamento
21/10/2015	1355/2015	CORREIÇÃO VT TEFÉ	21/10/2015	Arquivamento
28/10/2015	1420/2015	ITINERÂNCIA VT EIRUNEPÉ	08/11/2016	Arquivamento
09/11/2015	1418/2015	ITINERÂNCIA MANACAPURU	11/11/2015	Arquivamento
09/11/2015	1419/2015	ITINERÂNCIA VTBV	11/11/2016	Arquivamento
09/11/2015	1422/2015	CORREIÇÃO 3ª VTM	17/12/2015	Arquivamento
01/12/2015	1456/2015	ITINERÂNCIA VT PRES. FIGUEIREDO	08/11/2016	Arquivamento
02/12/2015	1463/2015	ITINERANCIA VT COARI	08/11/2016	Arquivamento
03/12/2015	1470/2015	ITINERÂNCIA LÁBREA	11/11/2016	Arquivamento
04/12/2015	1476/2015	ITINERÂNCIA VT TEFÉ	11/11/2015	Arquivamento
18/12/2015	1498/2015	ITINERÂNCIA PARINTINS	11/11/2016	Arquivamento

Foram autuadas em 2016, 35 (trinta e cinco) Matérias Administrativas, a seguir relacionadas:

AUTUAÇÃO	NÚMERO	PARTES	DATA	DECISÃO
19/02/2016	232/2016	ITINERÂNCIA VT HUMAITÁ	05/10/2016	Arquivamento
01/03/2016	259/2016	CORREIÇÃO 17ª VTM	30/05/2016	Arquivamento
21/03/2016	326/2016	CORREIÇÃO VT PRES.FIGUEIREDO	06/07/2016	Arquivamento
21/03/2016	325/2016	CORREIÇÃO VT PARINTINS	03/06/2016	Arquivamento
22/03/2016	329/2016	CORREIÇÃO VT MANACAPURU	09/06/2016	Arquivamento
29/03/2016	337/2016	CORREIÇÃO 15ª VTM	06/07/2016	Arquivamento
08/04/2016	377/2016	CORREIÇÃO 7ª VTM	17/05/2016	Arquivamento
12/04/2016	384/2016	CORREIÇÃO 12ª VTM	06/07/2016	Arquivamento
19/04/2016	402/2016	CORREIÇÃO VT ITACOATIARA	02/09/2016	Arquivamento
19/04/2016	401/2016	CORREIÇÃO 16ª VTM	06/07/2016	Arquivamento
19/04/2016	403/2016	CORREIÇÃO 4ª VTM	06/07/2016	Arquivamento
26/04/2016	422/2016	CORREIÇÃO 12ª VTM	06/07/2016	Arquivamento
27/04/2016	424/2016	CORREIÇÃO VT TEFÉ	06/07/2016	Arquivamento
29/04/2016	425/2016	CORREIÇÃO VT COARI	01/08/2016	Arquivamento
09/05/2016	446/2016	CORREIÇÃO 18ª VTM	20/07/2016	Arquivamento
10/05/2016	450/2016	CORREIÇÃO 3ª VTBV	18/10/2016	Arquivamento
10/05/2016	451/2016	CORREIÇÃO 2ª VTBV	18/10/2016	Arquivamento
30/05/2016	496/2016	CORREIÇÃO 14ª VTM	20/07/2016	Arquivamento
02/06/2016	509/2016	CORREIÇÃO 9ª VTM	01/12/2016	DESPACHO: REALIZAR NOVA PESQUISA
06/06/2016	521/2016	CORREIÇÃO VT EIRUNEPÉ	22/07/2016	Arquivamento
17/06/2016	558/2016	CORREIÇÃO 11ª VTM	05/08/2016	Arquivamento
20/06/2016	565/2016	CORREIÇÃO 10ª VTM	29/07/2016	Arquivamento
20/06/2016	564/2016	CORREIÇÃO 8ª VTM	22/07/2016	Arquivamento
01/07/2016	608/2016	CORREIÇÃO 1ª VTBV	21/10/2016	Arquivamento
04/08/2016	660/2016	CORREIÇÃO VT TABATINGA	20/10/2016	Arquivamento
10/08/2016	668/2016	CORREIÇÃO 5ª VTM	14/09/2016	Arquivamento
10/08/2016	667/2016	CORREIÇÃO 13ª VTM	26/08/2016	Arquivamento
23/08/2016	690/2016	CORREIÇÃO 19ª VTM	28/11/2016	Arquivamento
24/08/2016	702/2016	CORREIÇÃO 2ª VTM	06/10/2016	Arquivamento

29/08/2016	711/2016	CORREIÇÃO 3ª VTM	01/12/2016	Concedido prazo de 60 dias ininterrupto para magistrada Jeanne Karla Ribeiro e Bezerra
02/09/2016	733/2016	CORREIÇÃO VT LÁBREA	11/10/2016	Arquivamento
12/09/2016	745/2016	CORREIÇÃO VT HUMAITÁ	14/12/2016	Arquivamento
13/09/2016	752/2016	CORREIÇÃO 1ª VTM	18/10/2016	Arquivamento
03/10/2016	788/2016	CORREIÇÃO DIST FEITOS DE MANAUS	03/10/2016	Arquivamento
28/11/2016	881/2016	ITINERÂNCIA VT ITACOATIARA	06/12/2016	Arguando o envio do orçamento

4.1.4 - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DIVERSOS:

Também, durante o exercício 2015/2016, coube atuar nos procedimentos administrativos cujo seguimento é dado através do sistema administrativo eletrônico - ESAP, que atingiram o número de 247 (duzentos e quarenta e sete), distribuídos em 116 (cento e dezoito) matérias de cunho administrativo onde se fez necessária atuação por parte da Corregedoria referentes às representações, processos administrativos disciplinares, reivindicações, sindicâncias e consultas, bem como emissão de 131 (cento e vinte nove) certidões negativas, destas somaram o número de 18 (dezoito) em relação a magistrados e de 113 (cento e treze) relativos a servidores.

Os procedimentos administrativos virtuais ficaram assim distribuídos:

ANO 2013

QTE	NUMERO/ ANO	OBJETO	RESULTADO
1	196/2013	PAD CONTRA SERVIDOR	DEMISSÃO
2	735/2013	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	JUNTADA AO ESAP 193/2013 PROCESSO ADM, DISCIPLINAR
3	969/2013	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	REJEITADA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO
4	1037/2013	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	JUNTADA AO ESAP 193/2013 PROCESSO ADM, DISCIPLINAR
5	1098/2013	SINDICÂNCIA CONTRA SERVIDOR	REJEITADA DIANTE DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA SERVIDORA

ANO 2014

QTE	NUMERO/ ANO	OBJETO	RESULTADO
1	253/2014	RECEBIMENTO INDEVIDO DE PENSÃO P/ TERCEIRO	DECLARADA INCOMPETÊNCIA DEVOLVIDO À PRESIDÊNCIA
2	480/2014	ATAS E DESPACHOS COM FORÇA DE ALVARÁS	EMISSÃO DE NOVA RECOMENDAÇÃO AUTORIZANDO AS EMISSÕES
3	1222/2014	SINDICÂNCIA	RESOLVIDA POR ACORDO ENTRE AS PARTES
4	1328/2014	MATÉRIA ADMINISTRATIVA - LOTAÇÃO DE JUIZ SUBSTITUTO	MATÉRIA ULTRAPASSADA, DETERMINANDO SEU ARQUIVAMENTO
5	1329/2014	INEXISTÊNCIA DE PLANTONISTA - SETOR MÉDICO	VERIFICADA A SITUAÇÃO, RESULTANDO NA PROPOSIÇÃO DE MELHORIAS
6	1387/2014	SINDICÂNCIA - RELAÇÃO AUTOR DE AÇÃO E PROCURADOR - INTROMISSÃO DE SERVIDOR	ARQUIVADO - POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS. NÃO COMPARECIMENTO DO REQUERENTE.
7	1492/2014	DENÚNCIA POR ATUAÇÃO DE SERVIDOR COMO PERITO JUDICIAL	NÃO CONFIGURADA ILEGALIDADE PELA PRÁTICA - ARQUIVADO

ANO 2015

QTE	NUMERO/ ANO	OBJETO	RESULTADO
1	1/2015	INFORMAÇÕES	CUMPRIDO
2	110/2015	EXCESSO DE PRAZO EM RECLAMATÓRIA	À OUVIDORIA
3	311/2015	REPRESENTAÇÃO CONTRA SERVIDOR	SINDICÂNCIA PROPOSIÇÃO DE ADVERTÊNCIA
4	326/2015 327/2015	MEDIDAS DE CADASTRO	CUMPRIDO COM DESVINCULAÇÃO DE JUÍZES REMOVIDOS
5	456/2015	AAMAT/AM-- REPRESENTAÇÃO ATUAÇÃO NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO	DETERMINADA A CONTINUIDADE POR MATÉRIA ADMINISTRATIVA
6	479/2015	SOLICITA INFORMAÇÕES DE	ATENDIDO PELA SGPES

		MAGISTRADOS RELATIVOS A CADASTRO	E APLICADO NA DESVINCULÇÃO DE MAGISTRADOS REMOVIDOS
7	491/2015	REQUER LIBERAÇÃO DE IMÓVEL ARREMATADO	RESULTOU EM EMISSÃO DE PEDIDO DE PROVIDÊNCIA
8	492/2015	REPRESENTAÇÃO CONTRA MAGISTRADO	INDEFERIDA ABERTURA DE PROCEDIMENTO DISCIPLINAR
9	547/2015	REGULAMENTAÇÃO DE PRAÇAS E LEILÕES	ENCAMINHADAS PROPOSIÇÕES
10	607/2015	OAB/HUMAITA REQUER LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES	ATENDIDO O PLEITO E JUNTADO A PAD
11	672/2015	REPRESENTAÇÃO POR ACÚMULO INDEVIDO DE CARGO POR SERVIDOR	ABERTA SINDICÂNCIA E JULGADA IMPROCEDENTE
12	773/2015	DÁ ANDAMENTO AO ESAP 456/2015	SUGERE A INTERLIGAÇÃO DA NUCLEO DE CONCILIAÇÃO COM A CORREGEDORIA
13	786/2015	ANAC- ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGO PÚBLICO	DEVOLVIDO POR INCOMPETÊNCIA MATERIAL
14	881/2015	REQUER INFORMAÇÃO SOBRE ANDAMENTO PROCESSUAL	CRIADA MATÉRIA ADMINISTRATIVA-DECIDIDA PELO ARQUIVAMENTO E PRESTADAS INFORMAÇÕES
15	1063/2015	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	IMPROCEDÊNCIA-PRERROGATIVA DO MAGISTRADO
16	1076/2015	ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO	SOLUÇÃO PELO TRIBUNAL PLENO
17	1078/2015	REPRESENTAÇÃO CONTRA SERVIDOR	IMPROCEDÊNCIA POR NÃO SE CONFIRMAR ILÍCITO
18	1091/2015	REPRESENTAÇÃO CONTRA SERVIDOR ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGO	INDEFERIDA
19	1154/2015	REPRESENTAÇÃO CONTRA SERVIDOR	ARQUIVADO POR INÉRCIA DA DENUNCIANTE - OAB/AM
20	1280/2015	PLEITO DE RESSARCIMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS ADIANTADOS	INDEFERIDO
21	1261/2015	REPRESENTAÇÃO CONTRA SERVIDOR	INDEFERIDA
22	1294/2015	DESAPARECIMENTO DE EQUIPAMENTO	IMPOSSIBILIDADE DE APURAÇÃO DE RESPONSÁVEL - ARQUIVAMENTO
23	1337/2015	PAD CONTRA MAGISTRADO	EM ANDAMENTO PARA JULGAMENTO, SOB COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PLENO

24	1365/2015	REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO E PRAZO	VERIFICADO ANDAMENTO REGULAR - ARQUIVADO PROCESSO
25	1430/2015	REPRESENTAÇÃO AUSÊNCIA DE RESERVA DE HONORÁRIOS ADVOCATICIOS	IMPROCEDÊNCIA POR NÃO CONFIGURADA INFRAÇÃO DISCIPLINAR
26	1453/2015	REPRESENTAÇÃO DE SERVIDOR VERSUS SERVIDOR	IMPROCEDÊNCIA - MATÉRIA DE ALÇADA DIVERSA
27	1468/2015	REPRESENTAÇÃO POR AUSÊNCIA DE MAGISTRADO NA SEDE DA VARA	MATÉRIA ADMINISTRATIVA SIMILAR EM ANDAMENTO - ARQUIVAMENTO
28	1475/2015	REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO	IMPROCEDÊNCIA - ANDAMENTO NORMAL DO FEITO
29	1494/2015	PEDIDO DE INFORMAÇÕES VARA FEDERAL	INFORMAÇÕES PRESTADAS - ARQUIVADO
30	1561/2015	DECISÃO DO M.PÚBLICO DO TRABALHO - DENÚNCIA CONTRA PROCURADORA	PROCURADORA ISENTADA ARQUIVAMENTO
31	1742/2015	PROCEDIMENTO PARA DESLIGAMENTO DE MAGISTRADOS - RENAJUD E INFOJUD	REMETIDA MISSIVA À 10ª VARA PARA PROVIDÊNCIAS.
32	1935/2015	SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS POR SERVIDOR	DEFERIDO E FORNECIDAS CÓPIAS
33	4925/2015	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR CONTRA MAGISTRADO	IDEFERIDA LIMINARMENTE POR NÃO SE VERIFICAR ATO ILÍCITO PRATICADO
34	5093-6197 /2015	PLEITO DE REMESSA DE NORMA	ATENDIDO E REMETIDO ATO 153/2000 DA PRESIDÊNCIA
35	5331/2015	INFORMA MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS	JUNTADA CERIDÃO EM PAD
36	5447/2015	MANIFESTAÇÃO DA OUVIDORIA DO CNJ	PRESTADAS INFORMAÇÕES E ARQUIVADO
37	5451/2015	OFÍCIO DA 2ª VT BV	JUNTADA À RC- 0000038- 59.2015.5.11.0000
38	6023/2015	SOLICITA REMESSA DE CÓPIA DE RC	ATENDIDO PLEITO DE JUIZ CONVOCADO
39	6181/2015	PEDIDO DE INFORMAÇÕES	ATENDIDO DO INFORMANDO DO SEGUIMENTO NA MA- 1337/15
40	6197/2015	SOLI CITAÇÃO DE NORMA	ATENDIDO CONFORME ESAP 1935/2015
41	6403/2015	SOLICITA PROVIDÊNCIAS PARA	RECOMENDAÇÃO

		REGUALIZAÇÃO DAS INTIMAÇÕES DA AGU	001/2016 EMITIDA E CIENTIFICADA AGU
42	6711/2015	PEDIDO DE INFORMAÇÕES DA OAB/AM	FORNECIDAS E ARQUIVAMENTO
43	10284/2015	MATÉRIA DA CORREGEDORIA PARA PROPOSIÇÃO DE PAD	INDEFERIDO PAD CONTRA MAGISTRADO
44	11327/2015	FATOS OCORRIDOS NO FÓRUM TRABALHISTA	PLENO OPTOU PELO ARQUIVAMENTO
45	11340/2015	CONSULTA DO CNJ SOBRE RECLAMAÇÃO CORRECIONAL	INFORMAÇÕES PRESTDAS E ARQUIVAMENTO

ANO 2016

	NÚMERO/ ANO	OBJETO	RESULTADO
1	1/2016	ITINERÂNCIA REPETIDA	NEGADO PLEITO
2	3/2016	REPRESENTAÇÃO	INDEFERIDA
3	6/2016 ta2382/2015)	REPRESENTAÇÃO	À OUVIDORIA
4	6/2016	DIVERSOS- R.Disciplinar	INDEFERIDA
5	38/2016	REPRESENTAÇÃO -Servidor	INDEFERIDA
6	45/2016	OAB- RECESSO - PRAZO	ARQUIVADO
7	49/2016	REFERENTE ESAP-193/16	DÁ CIÊNCIA - RESULTAD
8	59/2016	REPRESENTAÇÃO	CIÊNCIA/ ARQUIVAMENTO
9	62/2016	DEVOLUÇÃO-RES.51-CNJ	ENVIADO 11ª VTM
10	63/2016	REPRESENTAÇÃO CONTRA OFICIAL DE JUSTIÇA	IMPROCEDÊNCIA - NÃO COMPROVADO ATO IRREGULAR
11	70/216	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	EMISSÃO DE PROVIMENTO N.º 3/2016
12	88/2016	RECLAMAÇÃO	À OUVIDORIA
13	91/2016	DÁ CIÊNCIA À OAB-RECESSO	ARQUIVADO-C/C ESAP 45/2016
14	109/2016	DÁ CIÊNCIA DE MEDIDAS	CIENCIA - ARQUIVAMENTO
15	133/2016	REPRESENTAÇÃO ABUSO DE AUTORIDADE JUIZ	INDEFERIDA
16	143/2016	DEVOLUÇÃO-RES.51-CNJ	ENVIADO VARA DE LÁBREA
17	237/2016	CUMPRIMENTO DE CPE	INFORMA DEVOLUÇÃO CPE
18	266/2016	REPRESENTAÇÃO CONTRA SERVIDOR	SINDICÂNCIA - PROPOSIÇÃO DE ADVERTÊNCIA
19	270/2016	OAB REQUER DEFINIÇÃO QUANTO À PAUTA DIGITAL	REMESSA À PRESIDÊNCIA DA CORTE
20	271/2016	SOLICITAÇÃO:LIBERAÇÃO DE VALORES NO BACENJUD	CUMPRIDO
21	383/2016	SOLICITAÇÃO DE CÓPIA DE PAD	INDEFERIDO POR NÃO ESTAR NA

			COMPETÊNCIA
22	393/2016	REPRESENTAÇÃO ABUSO NO USO DE DECLARAÇÃO DE SUSPEIÇÃO	IMPROCEDÊNCIA
23/24	419/2016 420/2016	REPRESENTAÇÃO - CONTRA ATUAÇÃO DE MAGISTRADO	INDEFERIDA
25	447/2016	CENTRAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS	EMITIDA RECOMENDAÇÃO
26	551/2016	OAB-ASSINATURA DE ATAS E TERMOS DE AUDIÊNCIAS PELAS PARTES E PROCURADORES	DADO SEGUIMENTO JUNTO AO NÚCLEO DO PJe
27	602/2016	CIÊNCIA DE DECISÃO DO CNJ RD-0002114-77.2016.2.00.0000	TOMADA CIÊNCIA E ARQUIVAMENTO.
28	750/2016	INDICAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS EM CASO DE DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO	EDITADO O PROVIMENTO 03/2016
29	1220/2016	ANALISE DE ATOS DE ENTES BANCÁRIOS EM RELAÇÃO À PARTE PROCESSUAL	DEVOLVIDA AO REQUERENTE POR INCOMPETÊNCIA MATERIAL
30	1240/2016	PEDIDO DE INFORMAÇÕES DO TCU	NOTICIADO QUE OS DADOS SEREM DE POSSE DA SGPE
31	1250/2016	REPRESENTAÇÃO CONTRA SERVIDOR	PROCEDÊNCIA
32	1280/2016	DEVOLUÇÃO DE HONORÁRIOS PAGOS	DENEGADA - POR TRATAR-SE DE MATÉRIA JURISDICCIONAL
33	1283/2016	RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	ACUSADO RECEBIMENTO E INFORMADA EXISTÊNCIA DE MATÉRIA EM ANDAMENTO
34	1284/2016	REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO	TOMADA CIÊNCIA E ARQUIVAMENTO
35	1332/2016	SINDICÂNCIA	PERDA DE OBJETO - SERVIDOR OPTANTE POR CARGO ÚNICO
36	1713/2016	DESIGNAÇÃO DE JUIZ SUBSTITUTO FACE À DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO	CIÊNCIA TOMADA E ARQUIVAMENTO.
37	1729/2016	REPRESENTAÇÃO CONTRA VARA POR BLOQUEIO INDEVIDO DE VALORES	CONCOMITÂNCIA DO A MA-1809/2016 - ARQUIVAMENTO
38	1809/2016	REPRESENTAÇÃO CONTRA SERVIDOR EM FACE DE ATENDIMENTO	IMPROCEDÊNCIA DE ABERTURA DE PAD - AUSÊNCIA DE FATOS POSTERIORES CONVALIDANDO A DENÚNCIA
39	2192/2016	DEFINIÇÃO DE CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO DE GECJ	EMIÇÃO DO ATO N.º 02/2016 DA CORREGEDORIA
40	2226/2016	PEDIDO PARA ATUAR EM HORÁRIO ELASTECIDO	ADOTADAS AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS
41	2301/2016	DESIGNAÇÃO DE JUIZ SUBSTITUTO	DIRIMIDO CONFORME

			ESAP-750/2016
42	2431/2016	REPRESENTAÇÃO CONTRA SERVIDOR - AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO DE PRESENÇA EM ATA DE AUDIÊNCIA	INDEFERIDA SINDICÂNCIA - AUSÊNCIA DE JUSTO MOTIVO
43	2563/2016	PEDIDO DE INFORMAÇÕES PELA POLÍCIA FEDERAL	INFORMAÇÃO PRESTADA - ARQUIVAMENTO
44	3415/2016	REPRESENTAÇÃO CONTRA MAGISTRADO	INDEFERIDA LIMINARMENTE - ARQUIVAMENTO
45	3815/2016	CONSULTA SOBRE APLICABILIDADE DE NORMA REGIMENTAL	MANIFESTAÇÃO SOBRE INAPLICABILIDADE - DEVOLUÇÃO À PRESIDÊNCIA
46	3835/2016	SOLICITA CURSO DE LIBRAS PARA TREINAMENTO PARA OUVIDORIA	ENCAMINHADA À EJUD - AGUARDANDO RETORNO
47	3841/2016	SOLICITA INFORMAÇÕES FUNCIONAIS DE SERVIDOR	PRESTADA INFORMAÇÕES COM CERTIDÃO DE INEXISTÊNCIA DA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Á REQUERENTE
48	3988/2016	RECEBIMENTO DE INFORMAÇÃO SOBRE A VIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO N 82/2009 DO CNJ.	CIENTE DA COMUNICAÇÃO E ARQUIVADA A MATÉRIA
49	4041/2016	PROCEDIMENTO PRÉVIO CONTRA MAGISTRADOS	ARQUIVADO POR ASSENTADOS MOTIVOS NA MA-193/2013 QUE IMPLIQUEM OS MAGISTRADOS
50	4108/2016	AGU SOLICITA CÓPIA DA MA-196/2013	ENCAMINHADO À PRESIDÊNCIA DO REGIONAL POR NÃO MAIS ESTAR NA CORREGEDORIA
51	4627/2016	OFÍCIO INFORMANDO SUSPEIÇÃO DE MAGISTRADO	DADA CIÊNCIA E REMESSA À PRESIDÊNCIA DA CORTE
52	5410/2016	CONSULTA TRT/MS SOBRE NORMA DE CP PARA OITIVA DE TESTEMUNHAS	PRESTADAS INFORMAÇÕES E ARQUIVADO
53	5784/2016	INDICAÇÃO DE JUIZ SUBSTITUTO NA 2ªVT/BV	DECIDIDO CONFORME PROVIMENTO 03/2016
54	6279/2016	REPRESENTAÇÃO CONTRA SERVIDORA	SEM OBJETO - SERVIDORA DEMITIU-SE
55	6331/2016	REMESSA DO PROVIMENTO 03/2016 À PRESIDÊNCIA	CIÊNCIA PELA PRESIDÊNCIA PARA AS PROVIDÊNCIAS DECORRENTES
56	6393/2016	INFORMA ADOÇÃO DE DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADO EM SUBSTITUIÇÃO	TOMADA CIÊNCIA E ARQUIVAMENTO
57	6457/2016	DESIGNAÇÃO DE JUIZ SUBSTITUTO PARA	TOMADA CIÊNCIA DOS

		ATUAR EM FEITO	ATOS DA PRESIDÊNCIA E REMESSA À SGPES
58	6634/2016	REPRESENTAÇÃO CONTRA ATO JURISDICIONAL DE MAGISTRADO	REJEITADA POR SE TRATAR DE ATO JURISDICIONAL A SER ANALISADO EM OUTRA ESFERA

RESUMO:

ANO	2013	2014	2015	2016
RECLAMAÇÕES CORREICIONAIS			16	12
PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS			15	4
MAT. ADM. CORRREIÇÕES			47	35
PROCEDIMENTOS ADM. DIVERSOS	5	7	46	58

5. PROVIMENTOS

Provimentos são determinações ou instruções administrativas baixadas pela Corregedora Regional para regularizar e ou melhorar serventias e unidades judiciárias, no âmbito de suas competências. A gestão da Corregedora, no decorrer do biênio 2014-2016, expediu os seguintes provimentos.

PROVIMENTO Nº 01/2016 de 20.06.2016 - Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho da 11ª Região, a utilização do sistemas que integram a Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registro de Imóveis.

PROVIMENTO Nº 02/2016 de 24.08.2016 - Altera o art. 97 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional e dá nova regulamentação, no âmbito da Justiça do Trabalho da 11ª Região, à desconsideração da personalidade jurídica.

PROVIMENTO Nº 03/2016 de 26.09.2016 - Altera o parágrafo 1º do art. 16 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional, conferindo nova regulamentação, no âmbito da Justiça do Trabalho da 11ª Região, ao procedimento de suspeição e impedimento de magistrado.

6. PROPOSIÇÃO DE NORMAS

Como parte da atividade fim da Corregedoria, foi dada continuidade ao trabalho de revisão, planejamento e adequação da Consolidação dos Provimentos dos Atos da Corregedoria deste Regional. Os autos foram encaminhados à Secretaria-Geral da Presidência com a solicitação de inclusão em pauta, encontrando-se em apreciação pelo Tribunal Pleno.

7. ATOS

Instituídos pela Corregedora, tendo como finalidade instituir normas a ser adotado.

ATO Nº 001/2016/SCR - Estabelece critérios para aferição de atraso reiterado, para fins de pagamento da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição aos Juízes de 1º grau do TRT da 11ª Região.

ATO Nº 002/2016/SCR - Altera o art. 1º do Ato nº 001/2016/SCR, que estabelece critérios para aferição de atraso reiterado, para fins de pagamento da Gratificação por exercício Cumulativo de Jurisdição aos juízes de 1º grau do TRT da 11ª Região.

Observação:

Cumprido destacar que o ATO Nº 001/2016/SCR objetivou atender à necessidade de regulamentar atrasos reiterados na prolação de sentenças, objeto da RESOLUÇÃO n. 155/CSJT, de 23 de outubro de 2015 para autorização do pagamento da GECJ. Já o ATO Nº 002/2016/SCR, promoveu alteração na qualificação do conceito e sua quantificação, sendo substituída, este último, diante do evento da RESOLUÇÃO n. 177/CSJT, de 21 de outubro de 2016, que uniformizou os procedimentos em todos os Regionais.

8. PROCESSOS DE VITALICIAMENTO

NÚMERO/ANO	OBJETO	RESULTADO
452/2013	Vitaliciamento	Magistrado Vitaliciado - Arquivamento
481/2014	Vitaliciamento	Magistrado Vitaliciado - Arquivamento
482/2014	Vitaliciamento	Magistrado Vitaliciado - Arquivamento

9. COMISSÕES DE SINDICANCIA

Quanto ao tema em foco, para dar seguimento a procedimentos administrativos disciplinares contra servidores, destaco que foram encontradas diversas dificuldades no sentido de contar com a colaboração de servidores, inclusive, a formação de uma comissão relativa a uma situação ocorrida anteriormente à assunção ao cargo de corregedora, no Biênio 2014/2016, em que os membros da Comissão de Sindicância foram pedindo afastamentos por motivos diversos, razão pela qual adotou-se procedimento no sentido de somente indicar servidores da própria Corregedoria ou dos servidores lotados no gabinete desta Desembargadora.

Entretanto, dependendo do quadro de servidores a atuarem nestes setores, não devem as comissões de sindicância se concentrarem somente em tais serviços, o que embora tenha sido uma solução temporária e diante de não haverem muitas situações que impusesse sua adoção, o dever de forma-las é de todo e qualquer servidor, principalmente, aqueles cuja formação e experiência os capacita, inexistindo deculpas quaisquer, quando inexistirem reais motivos de impedimento ou suspeição, na forma de lei.

Esta observação, em suma, objetiva alertar para que se possa dar andamento ágil a tal tipo de procedimento de competência da Corregedoria, sugerindo-se que se proceda um treinamento, através da Escola Judicial deste Regional, Habilitando os servidores em geral, mediante curso destinado a tal fim, obrigatório e inescusável. No mesmo sentido, que seja efetivado por meio eletrônico, bem como que seja disponibilizado manuais em link da Corregedoria, para consulta de aplicação por parte dos servidores, bem como servindo de guia para os atos das comissões, a serem formadas futuramente.

10. JUSTIÇA ITINERANTE

No ano de 2006, por meio da Resolução Administrativa n. 180/2006, foi instituída a Justiça Itinerante na jurisdição do TRT da 11ª Região, em consonância com a inserção do §1º do art. 115, da Constituição Federal, Emenda Constitucional n. 45, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho.

As atividades de Itinerância, são realizadas pelas Varas do Trabalho de: Itacoatiara, Eirunepé, Tefé, Manacapuru, Coari, Parintins, Humaitá, Lábrea, Tabatinga, Presidente Figueiredo e Boa Vista/RR. Para tanto, as Varas Itinerantes, levam a Justiça do Trabalho à população propiciando a presença do Estado em localidades distantes e majora a acessibilidade dos jurisdicionados aos serviços judiciais (artigo 5º, inciso XXXV, da CRFB) em localidades não servidas por Varas, portanto aos mais necessitados, possibilitando assim, a ampla prestação jurisdicional.

Apesar de todas as dificuldades que assolam o interior dos Estados do Amazonas e Roraima, tais como: a obtenção de transporte aéreo, em sendo poucas as empresas que realizam vôos em aeronaves seguras aos Municípios do interior do Estado do Amazonas, e ausência total de transporte aéreo para determinados Municípios, tendo as equipes que realizar os deslocamentos necessários de grandes extensões por meio de taxi aéreo sem as mínimas condições de segurança em embarcações precárias ou rodovias em péssimo estado de conservação com ou sem nenhuma pavimentação, ausência de instalações hoteleiras adequadas para a acomodação da equipe de Itinerância, ausência de estrutura física adequada para os procedimentos de tomada de reclamação, intempéries climáticas, como precipitações pluviométricas torrenciais (típicas de nosso clima equatorial), que trazem sérios riscos ao transporte fluvial, risco acentuado de doenças tropicais (e. g. dengue, febre Chikungunya, Zika vírus, hepatite e malária), que são muito comuns nas áreas interioranas dos Estados do Amazonas e Roraima, o trabalho itinerante tem demonstrado alcançar os resultados buscados e até ultrapassando expectativas.

Foram estabelecidas parcerias que servem de base para atendimento das atividades de itinerância, contando com espaços cedidos pelas Escolas Públicas, Câmara Municipal, Fórum da Justiça da Comarca, Centro Social, Cartório da Comarca, Núcleo de Ensino Superior (UEA), sede do TRE, Sede do INSS e Prefeitura Municipal.

Nesse aspecto presto-me a destacar e sugerir ser necessária a adoção de medidas no sentido de formalizar com os entes públicos convênios que autorizem a utilização de suas instalações, de sorte a tornar melhor a prestação. Interessante seria manter contato e formalização com os Estados envolvidos e se necessário Municipais, observadas sugestões das respectivas Varas, podendo envolver até órgãos da União, como instalações militares e outros órgãos da Administração Pública.

10.1. DIVULGAÇÃO

A divulgação é desenvolvida por pessoal lotado nas Varas que fazem itinerância, isto é, servidores especializados, com apoio de veículos de som e utilizando-se de faixas, cartazes, banners e rádios locais. É assim, com dedicação de magistrados e servidores, estendendo sua atuação aos mais recônditos rincões, integrando socialmente e levando conhecimento e justiça aos cidadãos, e revelam que o TRT da 11ª Região vem cumprindo com denodo seu encargo de levar a prestação jurisdicional trabalhista aos cidadãos brasileiros, domiciliados em alguns dos Municípios mais ermos do território da Federação Brasileira.

A Justiça Itinerante tem obtido resultados satisfatórios, a Vara do Trabalho de Presidente Figueiredo realizou acordos trabalhistas no Município de Barcelos neste ano de 2016, no valor de R\$ 91.849,00.

10.2. REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA ITINERÂNCIA

O expressivo corte no orçamento da Justiça do Trabalho para o exercício de 2016, consubstanciado na Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei n. 13.255 de 15.2.2016) , o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, foi de severo impacto com a contenção de recursos consignados no orçamento, havendo urgência na adoção de medidas de contenção orçamentária com vistas à redução de despesas. Com essas medidas, a Corregedoria Regional juntamente com as Varas que realizam as atividades da Justiça Itinerante fazer ajustes aos cortes previstos no orçamento, sem deixar de oferecer à sociedade a adequada prestação jurisdicional para Itinerância 2016, no que houve redução de gastos, restando o valor para manutenção de R\$ 162.303,14 no percentual de 27,34%, e diante do quadro financeiro pelo qual passa o Regional e por solicitação da Presidência o percentual acima mencionado foi remanejado para saldar alguns contratos.

10.3. MAPA DA JURISDIÇÃO DAS VARAS ITINERANTES

A Corregedora elaborou e divulgou em seu link, mapa detalhado da Justiça Itinerante por jurisdição das Varas que permite a visualização direta das sedes das unidades e municípios atendidos.



**11. DO 1º GRAU - VARAS DO TRABALHO - CUMPRIMENTO
DA META 01 CNJ**

VARAS CAPITAL - ANO 2015

Varas	Ano	Recebidos	Solucionados	% Percentual atingido
15ª Vara do Trabalho	2015	2.590	3.366	129,96%
13ª Vara do Trabalho	2015	2.577	3.109	120,64%
18ª Vara do Trabalho	2015	2.577	2.959	114,82%
11ª Vara do Trabalho	2015	2.593	2.969	114,50%
16ª Vara do Trabalho	2015	2.544	2.771	108,92%
19ª Vara do Trabalho	2015	2.501	2.658	106,28%
1ª Vara do Trabalho	2015	2.497	2.582	103,40%
10ª Vara do Trabalho	2015	2.526	2.587	102,41%
8ª Vara do Trabalho	2015	2.533	2.560	101,07%
3ª Vara do Trabalho	2015	2.569	2.566	99,88%
2ª Vara do Trabalho	2015	2.513	2.440	97,10%
6ª Vara do Trabalho	2015	2.472	2.269	91,79%
9ª Vara do Trabalho	2015	2.552	2.340	91,69%
7ª Vara do Trabalho	2015	2.578	2.306	89,45%
17ª Vara do Trabalho	2015	2.572	2.296	89,27%
5ª Vara do Trabalho	2015	2.412	2.149	89,10%
14ª Vara do Trabalho	2015	2.549	2.149	84,31%
4ª Vara do Trabalho	2015	2.523	2.110	83,63%
12ª Vara do Trabalho	2015	2.524	1.925	76,27%

VARAS CAPITAL - ANO 2016

Varas	Ano	Recebidos	Solucionados	% Percentual atingido
15ª Vara do Trabalho	2016	2802	3678	131,26%
11ª Vara do Trabalho	2016	2762	3054	110,57%
2ª Vara do Trabalho	2016	2769	2865	103,47%
6ª Vara do Trabalho	2016	2795	2817	100,79%
7ª Vara do Trabalho	2016	2737	2757	100,73%
18ª Vara do Trabalho	2016	2794	2718	97,28%
16ª Vara do Trabalho	2016	2738	2643	96,53%
8ª Vara do Trabalho	2016	2739	2530	92,37%
5ª Vara do Trabalho	2016	2797	2567	91,78%
17ª Vara do Trabalho	2016	2802	2547	90,90%
19ª Vara do Trabalho	2016	2741	2480	90,48%

3ª Vara do Trabalho	2016	2703	2421	89,57%
14ª Vara do Trabalho	2016	3043	2717	89,29%
13ª Vara do Trabalho	2016	2779	2465	88,70%
1ª Vara do Trabalho	2016	2875	2456	85,43%
10ª Vara do Trabalho	2016	2762	2345	84,90%
4ª Vara do Trabalho	2016	2771	2319	83,69%
9ª Vara do Trabalho	2016	2627	2183	83,10%
12ª Vara do Trabalho	2016	2734	2230	81,57%

VARAS DE BOA VISTA/RR - ANO 2015

Varas	Ano	Recebidos	Solucionados	% Percentual atingido
1ª VTBV	2015	1.970	1.811	91,93%
3ª VTBV	2015	1.998	1.777	88,94%
2ª VTBV	2015	1.955	1.533	78,48%

VARAS DE BOA VISTA/RR - ANO 2016

Varas	Ano	Recebidos	Solucionados	% Percentual atingido
1a VTBV	2016	2105	2379	113,02%
3a VTBV	2016	2112	2373	112,36%
2a VTBV	2016	2205	1879	85,22%

VARAS DO INTERIOR - ANO 2015

Varas	Ano	Recebidos	Solucionados	% Percentual atingido
VT de Humaitá	2015	490	520	106,12%
VT Parintins	2015	1.947	1.978	101,59%
VT Tefé	2015	1.070	995	92,99%
VT de Itacoatiara	2015	825	735	89,09%
VT de Coari	2015	499	437	87,58%
VT Tabatinga	2015	852	698	81,92%
VT Presidente Figueiredo	2015	1.217	921	75,68%
VT de Manacapuru	2015	1.173	857	73,06%
VT de Lábrea	2015	256	162	63,28%
VT de Eirunepé	2015	426	263	61,74%

VARAS DO INTERIOR - ANO 2016

Eirunepé	2016	190	333	175,26%
Presidente Figueiredo	2016	573	695	121,29%
Tefé	2016	654	760	116,21%
Humaitá	2016	397	416	104,79%
Tabatinga	2016	908	909	100,11%
Coari	2016	490	476	97,14%
Parintins	2016	1742	1652	94,83%
Itacoatiara	2016	792	731	92,30%
Lábrea	2016	193	175	90,67%
Manacapuru	2016	932	841	90,24%

METAS CNJ

ANO	2015	2016
CAPITAL	47,36%	26,31%
INTERIOR	20%	50%
BOA VISTA	0	66,66%

12. OFÍCIOS EXPEDIDOS PARA JUÍZES DE 1º GRAU

Foram expedidos, em 2015, 46 (quarenta e seis) Ofícios Circulares, a seguir relacionados

ANO 2015

qte	Ofício-Circular	Encaminhamento	Assunto
1	Ofício-Circular nº 001/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas.	Encaminha Recibo de Produtividade relativo a Semana Nacional de Execução.
2	Ofício-Circular nº 002/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital	Abertura da I Semana Nacional da Conciliação Trabalhista 2015.
3	Ofício-Circular nº 003/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas	Encaminha Recibo de Produtividade relativo a Semana Nacional de Conciliação.
4	Ofício-Circular nº 004/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas e de Boa Vista/RR	Procedimento para levantar numerário junto as Agências Bancárias
5	Ofício-Circular nº 006/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas.	Encaminha Ofício n. 311/2015-SEC 2ª Vara Cível e Penal

6	Ofício-Circular nº 007/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas e de Boa Vista/RR	Solicita informações sobre sentenças em atraso
7	Ofício-Circular nº 008/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas e de Boa Vista/RR	Procedimento para levantar numerário junto as agências bancárias
8	Ofício-Circular nº 009/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas e de Boa Vista/RR	Realização da Semana Nacional de Execução Trabalhista (Ofício Circular TST.GP nº 741)
9	Ofício-Circular nº 010/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas e de Boa Vista/RR e Núcleo de Apoio à Execução	Semana Nacional da Execução Trabalhista - CSJT. Prazo para envio de pautas
10	Ofício-Circular nº 013/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas	Encaminhamento do Questionário de Produtividade relativo à Semana Nacional da Execução Trabalhista
11	Ofício-Circular nº 014/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital	Abertura da Semana Nacional da Execução Trabalhista 2015
12	Ofício-Circular nº 015/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas	Retifica e-mail circular, enviado dia 18.9.2015 - Semana Nacional da Execução Trabalhista/2015
13	Ofício-Circular nº 016/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas e de Boa Vista/RR e Núcleo de Apoio à Execução-NAE	Realização da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista-CNJ
14	Ofício-Circular nº 020/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho do do Interior do Estado Amazonas e Boa Vista/RR	Cronograma das Varas Itinerantes/2016
15	Ofício-Circular nº 022/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas e de Boa Vista/RR e Núcleo de Apoio à Execução	Semana Nacional da Execução Trabalhista - CSJT. Prazo para envio de pautas.
16	Ofício-Circular nº 023/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior Estado do Amazonas	Informação de Produtividade relativo à Semana Nacional de Conciliação
17	Ofício-Circular nº 024/2015/SCR	Juízes do Trabalho Titulares Substitutos na Titularidade das Varas Trabalho do Interior do Estado Amazonas e de Boa Vista	Estatística Justiça Itinerante

18	Ofício-Circular nº 025/2015/SCR	Juizes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior do Estado do Amazonas e de Boa Vista/RR e Núcleo de Apoio à Execução	Encaminha Portaria n. 205/2015/SGP - Semana Nacional da Conciliação Trabalhista - CSJT
19	Ofício-Circular nº 026/2015/SCR	Juizes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho da Capital e do Interior do Estado do Amazonas e de Boa Vista/RR e Núcleo de Apoio à Execução	Abertura da Semana Nacional de Conciliação Trabalhista - CNJ
20	Ofício-Circular nº 027/2015/SCR	Desembargadores do Trabalho do TRT da 11ª Região	Encaminha minuta referente ao vitaliciamento e adequação da resolução administrativa n. 044/2008 ao ato conjunto n. 001/2013/CGJT/ENEMAT

Foram expedidos, em 2016, 58 (cinquenta e oito) Ofícios Circulares, a seguir relacionados:

ANO 2016

	Ofício-Circular	Encaminhamento	Assunto
1	Ofício-Circular nº 001/2016/SCR	Juizes do Trabalho Titulares e Substitutos do TRT 11ª Região	Substituições em face de férias e outras ausências
2	Ofício-Circular nº 002/2016/SCR	Juizes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho do Interior do Estado do Amazonas e Boa Vista/RR	Itinerância. Corte Orçamentário
3	Ofício-Circular nº 003/2016/SCR	Juizes do Trabalho Titulares e Substitutos do TRT 11ª Região	Sentenças e cumprimento de atos em atraso
4	Ofício-Circular nº 004/2016/SCR	Diretores das Secretarias das Varas do Trabalho da Capital, Interior do Estado do Amazonas e Boa Vista/RR	Calendário de Correição - 2016
5	Ofício-Circular nº 0705/2016/SCR	Juizes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho do Interior do Estado do Amazonas e Boa Vista/RR	Itinerância. Corte Orçamentário. DP 1095/2016
6	Ofício-Circular nº 006/2016/SCR	Juizes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho do Interior do Estado do Amazonas e Boa Vista/RR	Itinerância. Corte Orçamentário. DP 1399/2016
7	Ofício-Circular nº 007/2016/SCR	Juizes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho de Manacapuru, Presidente Figueiredo e Itacoatiara	Itinerância. Corte Orçamentário. DP 1095/2016

8	Ofício-Circular n° 008/2016/SCR	Diretores das Varas do Trabalho de Manaus, Interior e de Boa Vista/RR	Calendário de Correição - 2016
9	Ofício-Circular n° 010/2016/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho do Interior do Estado do Amazonas e Boa Vista/RR	Itinerância - tomada de reclamações
10	Ofício-Circular n° 011/2016/SCR	Diretores das Varas do Trabalho de Manaus, Interior e de Boa Vista/RR	Calendário de Correição - 2016
11	Ofício-Circular n° 012/2016/SCR	Juízes do Trabalho Titulares e Substitutos do TRT 11ª Região	Prolação de Sentenças em atraso
12	Ofício-Circular n° 013/2016/SCR	Juízes do Trabalho Titulares e Substitutos do TRT 11ª Região	Ecomendação n. 003/2016/SCR, de 16/05/2016
13	Ofício-Circular n° 015/2016/SCR	Diretores das Varas do Trabalho da Capital e do Interior do Estado do Amazonas	Demonstrativo do Movimento pela Conciliação
14	Ofício-Circular n° 016/2016/SCR	Diretores das Varas do Trabalho da Capital e do Interior do Estado do Amazonas	Calendário atualizado das correições - 2016
15	Ofício-Circular n° 017/2016/SCR	Juízes Titulares das Varas do Trabalho de Manaus, Boa Vista e Interior do Estado do Amazonas	Encaminha cópia do Ato n.001/2016/SCR
16	Ofício-Circular n° 018/2016/SCR	Juízes Titulares das Varas do Trabalho do Interior do Estado do Amazonas e Boa Vista/RR	Diárias em Itinerância - Of. 575/2015/SGP
17	Ofício-Circular n° 019/2016/SCR	Juízes do Trabalho Titulares das Varas do Trabalho do Interior do Estado do Amazonas e Boa Vista/RR	Itinerância - 2016
18	Ofício-Circular n° 020/2016/SCR	Juízes Titulares e Substitutos das Varas do Trabalho de Manaus, Boa Vista e Interior do Estado do Amazonas	Encaminha Provimento n. 01/2016 de 20 de junho de 2016
19	Ofício-Circular n° 021/2016/SCR	Juízes Titulares das Varas do Trabalho do Interior do Estado do Amazonas e Varas de Boa Vista/RR	Despacho no DP - 1095 (Dotação autorizada - Manutenção das Varas Itinerantes)
20	Ofício-Circular n° 022/2016/SCR	Juízes Titulares e Substitutos das Varas do Trabalho de Manaus, Boa Vista e Interior do Estado do Amazonas	Ciência de Ofício e decisão da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro
21	Ofício-Circular n° 023/2016/SCR	Juízes Titulares e Substitutos das Varas do Trabalho de Manaus, Boa Vista e Interior do Estado do Amazonas	Encaminha Provimento n. 02/2016 de 24 de agosto de 2016

22	Ofício-Circular nº 024/2016/SCR	Juízes Titulares das Varas do Trabalho do Interior Estado do Amazonas e Varas de Boa Vista/RR	Despacho no DP - 1095 (Dotação autorizada - Manutenção das Varas Itinerantes)
23	Ofício-Circular nº 025/2016/SCR	Desembargadores do E. TRT da 11ª Região	Vacância. Promoção ao cargo de Desembargador do TRT da 11ª Região
24	Ofício-Circular nº 027/2016/SCR	Juízes Titulares das Varas do Trabalho do Interior Estado do Amazonas e Varas de Boa Vista/RR	Assembléia Geral Extraordinária da AMATRA XI - 07/10/2016
25	Ofício-Circular nº 028/2016/SCR	Juízes Titulares das Varas do Trabalho da Capital Estado do Amazonas	Assembléia Geral Extraordinária da AMATRA XI - 07/10/2016
26	Ofício-Circular nº 029/2016/SCR	Desembargadores do E. TRT da 11ª Região	MA 231/2014. Proposta de nova redação da Consolidação dos Provimientos da Corregedoria Regional- Quadro de Propostas de Mudanças à proposição inicial
27	Ofício-Circular nº 030/2016/SCR	Juízes Titulares das Varas do Trabalho do Interior Estado do Amazonas e Varas de Boa Vista/RR	Cronograma dasa Varas Itinerantes/2017
28	Ofício-Circular nº 031/2016/SCR	Juízes Titulares e Substitutos das Varas do Trabalho de Manaus, Boa Vista e Interior do Estado Amazonas	Agradecimento
29	Ofício-Circular nº 032/2016/SCR	Juízes Titulares e Substitutos das Varas do Trabalho de Manaus, Boa Vista e Interior do Estado Amazonas	Resolução CSJT n. 177/2016. Gratificação por exercício cumulativo de jurisdição - GECJ

13. DA OUVIDORIA

No ano de 2004, por meio do ATO n. 043/2004, foi criada a Ouvidoria do TRT da 11ª Região, e, tem por objetivo encontrar soluções adequadas às manifestações que recebe e desenvolver ações preventivas capazes de aprimorar a atuação pública da Instituição, bem como o de tornar a Justiça mais próxima do cidadão.

A Ouvidoria é vinculado à Corregedoria Regional do TRT da 11ª Região, sendo canal direto de comunicação da Justiça do Trabalho, e, por meio deste espaço, qualquer cidadão pode encaminhar denúncias, reclamações, pedidos de informações, críticas e elogios sobre quaisquer atos praticados ou de responsabilidade dos órgãos que integram a Justiça do Trabalho da 11ª Região, e também sugestões e consulta sobre seu funcionamento.

A Corregedora e Ouvidora já empreendeu o necessário, para modernizar a Ouvidoria, participando do Colégio de Ouvidores e da Rede Ouvir, onde colheu subsídios a tal fim.

Em comemoração ao Dia Nacional do Ouvidor, dias 14 e 15 de março, a Ouvidoria, em parceria com as instituições que integram a Rede Amazonense de Ouvidorias Públicas (Rede Ouvir-AM) e com a Diretoria do Fórum Trabalhista de Manaus, realizou entrega de panfletos prestando informações referentes à Ouvidoria Regional do TRT da 11ª Região no prédio do Fórum Trabalhista de Manaus. O referido ato teve por objetivo informar os servidores e jurisdicionados sobre os recursos de acesso por meio da Ouvidoria Regional relacionados à sugestões, elogios, informações, solicitações, reclamações e denúncias envolvendo os serviços prestados pelo TRT da 11ª Região. No dia 16 de março, data estabelecida como Dia Nacional do Ouvidor, a Rede Ouvir-AM promoveu uma solenidade com a presença de ouvidores da rede pública e privada que ocorreu no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Amazonas (OAB-AM), a qual esta Corregedora se fez presente.

As atividades administrativas da Ouvidoria é exercida por servidores designados pela Corregedora Regional.

O atendimento ao público é feito pessoalmente, durante o horário de funcionamento do tribunal, por telefone ou por e-mail.

Todas as manifestações são respondidas, com a maior brevidade possível por uma equipe especializada de servidores. Estão sendo tomadas as medidas de tornar a Ouvidoria capaz de responder aos ditames legais alargando sua atuação, como no caso da Lei de Acesso à Informação e a futura legislação de Defesa do Usuário dos Serviços Públicos (PL 6953/2002), que tem determinado pelo STF sua conclusão pelo Legislativo Federal prazo de edição.

A Seção de Ouvidoria realizou no exercício de 01/01/2015 à 07/12/2016 as seguintes atividades:

	2015	2016	TOTAL
atendimentos telefônicos via 0800-7048893	1085	1111	2196
atendimentos presenciais	10	48	58
atendimentos escritos	11	8	19
<i>e-mails</i>	142	188	330
pedidos de providências	4	0	4

Reclamação	10	66	76
atendimentos eletrônicos;	167	140	307
elogios.	7	6	13
atendimento pessoas físicas	1495	1415	2910
atendimento pessoas jurídicas	1447	1390	2837

Sendo necessário os questionamentos foram encaminhados à Ouvidoria, e em todas as situações houve resposta ao usuário, informando e orientando-o com a finalidade de atendimento ao anseio.

A Ouvidoria recebeu elogios, em resposta ao tempo hábil dado pela equipe da Ouvidoria, com relação aos serviços prestados. No que se percebe que aos poucos o trabalho vem dando resultado e o cidadão começa a notar o compromisso que temos com a sociedade.

A Corregedora sugere que a Ouvidoria funcionasse em outro ambiente para que as pessoas tenham melhor acesso, uma vez que não há espaço físico suficiente e ter um corpo próprio de servidores.

A Ouvidoria realizou durante este biênio, Pesquisa de Satisfação dos usuários, bem como Avaliação de Clima Organizacional dos magistrados.

Necessário dar destaque especial, que, devido a agilização que o serviço de Ouvidoria propicia, foi possível a solução de uma enormidade de reclamações, que anteriormente teriam que ser levadas à apreciação da Corregedoria, na forma de Pedidos de Providências, mas que foram solucionadas com simples contato telefônico ou emissão de ESAP, tanto que reduziram-se tais pedidos ao número de 04 (quatro) no ano de 2016, assim demonstrando a capacidade de dirimir situações que envolveriam maior burocracia, utilizando-se de meios extremamente simples.

14. COLEOUV



Última reunião do COLEOUV no Rio de Janeiro.

A fim de buscar referências para a modernização e diversificação da Ouvidoria, a Corregedora participou do Colégio de Ouvidores - COLEOUV, com o objetivo de implementar uma Ouvidoria eficaz no atendimento ao público usuário da Justiça do Trabalho.

O Colégio de Ouvidores é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, integrada pelos membros dos Tribunais Regionais do Trabalho que estiverem no exercício do cargo de ouvidor ou vice-ouvidor, e tem por objetivo contribuir para elevar os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades das ouvidorias da Justiça do Trabalho.

A Corregedora Regional e Ouvidora, participou dos encontros do COLEOUV em Brasília, e do I Seminário da Ouvidorias 2015, revelando-se bastante rico e proveitoso, e dentre os muitos assuntos abordados, merece destaque o aperfeiçoamento dos trabalhos relacionados ao atendimento ao cidadão, adotando-se um sistema único para os procedimentos das Ouvidorias da Justiça do Trabalho. Em 2016 participou em 18/08/2016 - 10ª Reunião Ordinária do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, na cidade de Brasília-DF e sua décima primeira edição. Participou ainda, da 11ª Reunião do COLEOUV, realizada no TRT da 1ª Região/RJ, na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18 de novembro de 2016.

15. OUTRAS ATIVIDADES EXERCIDAS PELA CORREGEDORA

A Corregedora Regional do TRT da 11ª Região, com o objetivo de estar sempre próximo dos Tribunais Regionais do Trabalho e, durante o biênio 2014/2016, cuidou de participar, ativamente, de todas as questões relacionadas a Corregedoria e Ouvidoria.

16. COLEPRECOR - COLÉGIO DE PRESIDENTES E CORREGEDORES DO TRT



Desdor. Presidente do COLEPRECOR, James Magno Araújo Farias; Desdora. Ormy da Conceição Dias Bentes; Desdora. vice-presidente do COLEPRECOR, Maria de Lourdes Leiria; Desdora. secretária-geral do COLEPRECOR, Maria Beatriz Theodoro Gomes; Ministra do TST Kátia Magalhães Arruda.

Coleprecor, com o objetivo de trocar informações e inteirar-se no sentido de obter conhecimento sobre procedimentos dos diversos Tribunais, mostrando-se sempre aberta a apresentação de ideias e sugestões, que em muito colaboram para divulgação de boas práticas e estabelecendo parâmetros entre os Regionais, buscando com isso uma visão globalizada da administração dos Tribunais.

A Corregedora Regional participou não só das reuniões plenárias com o Presidente do Coleprecor, como também da Comissão da Corregedoria.

Diante da necessidade de interatuar, de modo geral, com os Tribunais do Trabalho, em especial, a comunicação com as Corregedorias Regionais, solicitou à Presidência espaço para videoconferência, uma vez que vem realizando esta atividade mensalmente.

17. VISITAS TÉCNICAS

TRT 15ª Região - Buscou a Corregedora e Ouvidora, durante a visita técnica realizada no Tribunal do Trabalho da 15ª Região, acompanhada pelo Presidente daquela Corte, Desembargador Lourival Ferreira dos Santos, Corregedor Regional, Desembargador Gerson Lacerda Pistori, pelo Desembargador Manuel Soares Ferreira Carradita e pelo Ouvidor desembargador José Otávio de Souza Ferreira, conheceu o trabalho desenvolvido pela Ouvidoria da 15ª, e durante a reunião de visita foi mostrado o projeto APOIA 15 - Equipe Multidisciplinar, o Mapeamento Global de Desempenho MGD e o sistema que foi aperfeiçoado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, que permite a migração dos processos em papel que se encontram na fase de execução para o sistema eletrônico (Pje).



Desdor. Gerson Lacerda Pistori; Desdor. Manuel Soares Ferreira Carradita; Desdor. José Otávio de Souza Ferreira; Desdora. Corregedora, Ormy da Conceição Dias Bentes; Desdor. presidente do TRT 15ª, Fernando da Silva Borges;

TRT 4ª Região - Em visita a Corregedora conheceu de perto alguns aspectos da organização do TRT gaúcho, visitou a Presidência, a Corregedoria e a Ouvidoria, foi recebida pela presidente do TRT-RS Desembargadora Cleusa Regina Halfen, pela Vice-Presidente, Ana Luiza Heineck Kruse, pela Corregedora e Presidente atual, Beatriz Renck, pela Vice-Corregedora, Carmen Izabel Centena Gonzalez, pelo Vice-Ouvidor e Vice-

Corregedor eleito, Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo, pelo Juiz auxiliar da Presidência, Ricardo Fioreze, e pela Juíza Auxiliar da Corregedoria, Andrea Saint Pastous Nocchi.



Corregedora em visita técnica ao TRT 4ª Região.

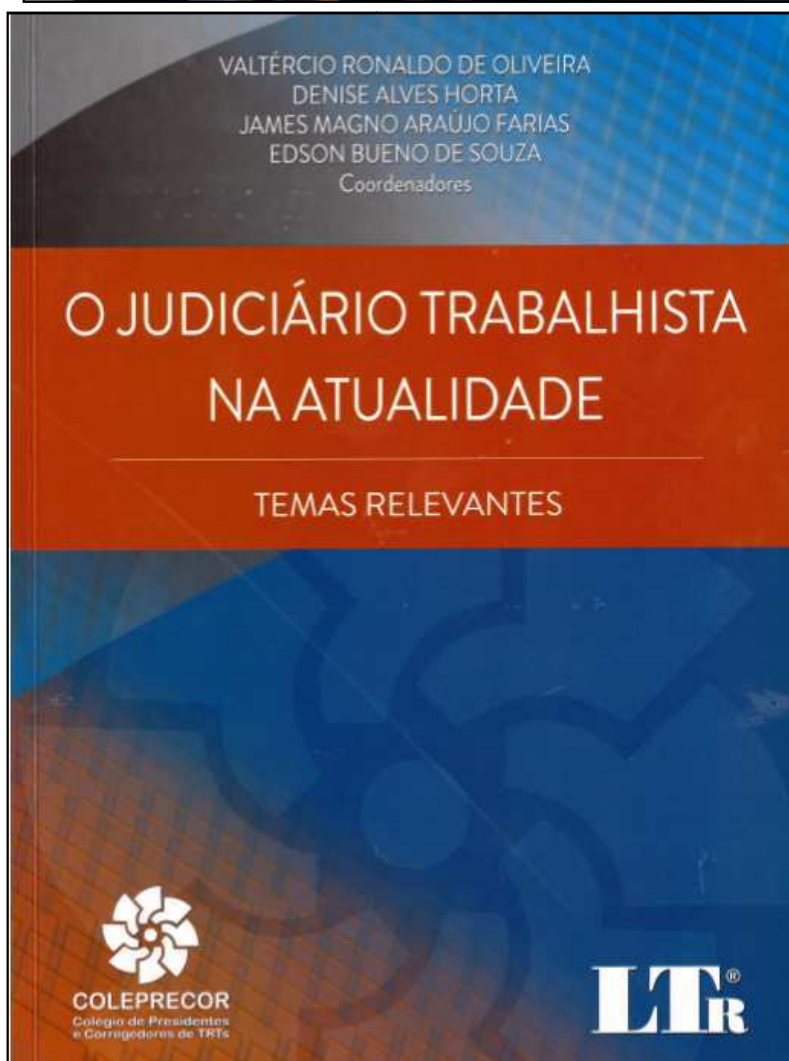
TRT 12ª Região - A Corregedora visitou a Presidência e Corregedoria, verificou o desempenho e os enquadramentos afetos à respectiva Corregedoria e Ouvidoria, procurando conhecer suas práticas e modelos, inclusive sistemas informatizados de atuação, especialmente para identificar os quadros e necessidades de capacitação para formação de uma Ouvidoria atualizada e capaz de atingir sua finalidade, voltada às necessidades, no que se refere aos preceitos legais quanto à prestação de serviços ao público.

TRT 14ª Região - A Corregedora juntamente com sua equipe foram recepcionados pela Desembargadora Vânia Abensur e pelo Secretário-Geral da Presidência o Senhor João Bosco Machado de Miranda, ocasião em que falou-se das ações desenvolvidas pelo TRT da 14ª Região, destacando-se o Planejamento Estratégico Participativo (PEP 2015-2020), apresentando a Carta de Serviços ao Cidadão. A Corregedora foi também recepcionada pelo Exmo. Presidente Francisco Cruz, via videoconferência "hangouts" que no momento da visita se encontrava ausente da sede por estar participando da reunião técnica junto ao TRT da 7ª Região. Após, foram realizadas breves visitas à Secretaria da Corregedoria Regional, Secretaria de Gestão de Pessoas, Seção de Segurança, Sala de Sesses do Tribunal Pleno e Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) onde conheceram o Núcleo de Infraestrutura e Comunicações.



18. LANÇAMENTO DE LIVRO E PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

Dentre as várias iniciativas importantes, merece destaque a participação da Corregedora Regional como colaboradora do livro "O Judiciário Trabalhista na Atualidade - Temas Relevantes", com o artigo "A desconsideração da personalidade jurídica no direito processual do trabalho e o tratamento da matéria no novo CPC".



O JUDICIÁRIO TRABALHISTA NA ATUALIDADE – TEMAS RELEVANTES é obra apresentada pelo Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho - Coleprec, entidade agregadora de expressiva intelectualidade jurídica nacional que planeja e faz desenvolver as ações necessárias à administração e ao aprimoramento do Judiciário Trabalhista.

Desembargadores Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, o Ministro Presidente do TST e do CSJT e o Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, em encontros periódicos promovidos pelo Coleprec, realizam a troca de experiências administrativas e de problemas comuns aos Tribunais Regionais do Trabalho, separados pela área continental territorial, economias diversificadas e usos e costumes peculiares.

Participou a Corregedora do Treinamento no Sistema de Gerenciamento de Informação Estatística da Justiça do trabalho, e-Gestão, promovido pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho - CGJT e pelo Comitê Gestor Nacional do Sistema e-Gestão, em parceria com o Coleprecor.



E-Gestão
Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho

Insira suas informações de usuário e clique em "Logon".
Se tiver dúvidas sobre informações da sua conta, entre em contato com o administrador do sistema.

Nome de usuário:

Senha:

Logon

e-GESTÃO Ajuda

19. PARTICIPAÇÃO DA CORREGEDORA EM SEMINÁRIOS, PALESTRAS, POSSES, REUNIÕES E VISITAS DE CORTESIA



Última reunião e posse dos novos dirigentes do COLEPRECOR.

Corregedora Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (Amazonas e Roraima), desembargadora Ormy da Conceição Dias Bentes, está participando hoje, 09 de dezembro, do I Seminário de Integração das Ouvidorias da Justiça do Trabalho, no Auditório dos Ministros, em Brasília. O evento está sendo realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho.



Desdora. Corregedora TRT4, Maria da Graça Centeno; Prof. Dr. da Univ. de Lisboa Pedro Romano Martinez; Corregedora Regional do TRT11, Ormy da Conceição Dias Bentes.

A Corregedora Regional do TRT11, Ormy da Conceição Dias Bentes, participou, nos dias 24 e 25 de novembro, do Seminário Comemorativo pelos 75 anos da Justiça do Trabalho e 70 anos do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

A Corregedora Regional participou dia 16.09.2016, das 10h às 12h, da palestra sobre " O Trabalho do Juiz", tendo como palestrante o Professor Giovanni Antonio Pinto Alves, Pós-Doutor em Ciências Sociais e professor da UNESP e UNICAMP, foram abordados as condições de produção da Justiça do Trabalho no Brasil, natureza do trabalho do Juiz.

PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLÉIA DA AMATRA XI



Assembléia Geral Extraordinária solicitada pela Desdora. Corregedora, Ormy da Conceição Dias Bentes.

A Corregedora solicitou da AMATRA XI, Assembléia Geral Extraordinária, objetivando participar de reunião com os Juízes de 1º grau, dia 07.10.2016, cuja a pauta de deliberação foi a suspensão das atividades da Justiça Itinerante.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO COM ÓRGÃO DE PRERROGATIVAS DA OAB/AM



Participou, a convite da OAB, dia 26.08.2016, da IV reunião dos Órgãos de Defesa das Prerrogativas da OAB/AM, que teve como objetivo promover parceria de atuação mútua para melhoria do relacionamento entre OAB/AM e os Órgãos Jurisdicionais do TRT da 11ª Região. Convém esclarecer que esta Corregedoria requereu em sua solicitação, para participar da reunião com os Senhores Magistrados, objetivando levar ao conhecimentos daqueles várias reivindicações e dificuldades encontradas por advogados, que foram colhidas durante a reunião havida em 26/08/2016, na IV Reunião dos Órgãos de Defesa das Prerrogativas da OAB/AM.

20. VISITAS DE CORTESIA NA CORREGEDORIA

20.1. A Corregedora Regional do TRT da 11ª Região, desembargadora Ormy da Conceição Dias Bentes, recebeu, a visita da Ouvidora Geral do Estado Zanele Rocha Teixeira. A pauta do encontro foi a criação da Rede Ouvir-AM - Rede Amazonense de Ouvidorias Públicas.

A Ouvidora do Estado apresentou o projeto e convidou a Ouvidoria do TRT11 para integrar a Rede, para juntamente com as Ouvidorias da ALEAM, o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Ministério Público do Estado do Amazonas.

O objetivo da Rede é consolidar a parceria, a cooperação mútua e a articulação de esforços entre as instituições partícipes, visando fomentar a criação de ouvidorias públicas municipais no interior do Estado, para fortalecer as ferramentas de transparência e controle social.



Ouidora do Estado do Amazonas, Zanele Rocha Teixeira; Desdora Ormy da Conceição Dias Bentes.

20.2. Representantes da OAB - Seccional Amazonas, realizaram dia 22/08/2016, visita de cortesia à Corregedoria Regional, para estabelecer laços de colaboração mútua entre a Corregedoria Regional e a OAB, manifestaram interesse em participar dos debates tornando-se canal de diálogo com a Corregedoria e Ouvidoria, a fim de colaborar com o bom andamento da Justiça Trabalhista, oferecendo, inclusive, sugestões e idéias de melhorias.

20.3. Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro João Batista Brito Pereira visitou dia 30/09/2015 a Secretaria da Corregedoria, sendo recebido pela Corregedora Regional, na ocasião conheceu a estrutura da Corregedoria e as atividades desenvolvidas.



Visita do Ministro João Batista Brito Pereira a Corregedoria e Ouvidoria do TRT11^ª.

20.4 A Corregedoria Regional, recebeu a visita dos Juízes recentemente empossados, Luíza Helena Roson e Antônio Carlos Duarte e Figueiredo Campos, acompanhados do Juiz do Trabalho Substituto Gleydson Ney Silva da Rocha e do Presidente da Amatra XI Sandro Nahmias Melo, que veio representando o Desembargador David Alves de Mello Júnior, Diretor da EJUD11.

21. POSSE DOS DIRIGENTES DA ANAMATRA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

No dia 27.5.2015 às 19h:30 a Exma. Corregedora Regional do TRT 11ª Região ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES, participou da solenidade de Posse dos novos dirigentes da ANAMATRA, eleitos para o biênio 2015-2017, juntamente com os Desembargadores, Dra. Denise Alves Horta, Corregedora Regional do TRT da 3ª Região-Belo Horizonte e Vice-Presidente do Coleprec, Dra. Fátima Teresinha Loro Ledra Machado, Corregedora Regional do TRT da 9ª Região - Paraná.



Ministro do STF, Ricardo Lewandowski - da esquerda para direita: Dora Fátima Teresinha Loro Ledra Machado - Corregedora do TRT da 9ª Região - Paraná; Dora Denise Alves Horta, Corregedora Regional do TRT da 3ª Região e Vice-Presidente do Coleprec e Dora Ormy da Conceição Dias Bentes Corregedoria regional do TRT 11ª Região.



Desdor. Dr. Paulo Luiz Schmidt ex-presidente da ANAMATRA; Desdora. Fátima Teresinha Loro Ledra Machado , Corregedora Regional do TRT da 9ª Região - Paraná, Desdora. Ormy da Conceição Dias Bentes - Corregedora Regional do TRT da 11ª Região.



Desdora. Fátima Teresinha Loro Ledra Machado , Corregedora Regional do TRT da 9ª Região - Paraná; Desdor. Germano Silveira de Siqueira - Atual Presidente da ANAMATRA, eleito para o biênio 2015-2017; Desdora. Ormy da Conceição Dias Bentes - Corregedora Regional do TRT da 11ª Região.



Desdor. atual presidente do TRT 15^o, Fernando da Silva Borges; Desdora. Ormy da Conceição Dias Bentes - Corregedora Regional do TRT da 11^a Região; desdora Cleusa Regina Regina Halfen; Desdor. José Otávio de Souza Ferreira; Desdora. Cíntia Táffari.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

21.1. Ponto que merece ser mencionado no presente Relatório é o suporte logístico dado pelo TRT da 14^a Região dispensado à Corregedoria do TRT da 11^a Região, por ocasião da atividades correicionais realizadas nas Varas do Trabalho de Humaitá e Lábrea, cujos serviços prestados, foram de fundamental importância para os trabalhos correicionais naquelas localidades.

Faz-se registrar que todos os Tribunais tem colaborado com esta Corregedoria de uma forma ou de outra, fornecendo subsídios para melhorar o desempenho, adequação e modernização.

23. DIAGNÓSTICO RELATIVOS AOS LEVANTAMENTOS

Cumpre-me destacar que foram observadas diversas situações no desenrolar das atividades desenvolvidas na qualidade de Corregedora Regional e Ouvidora do TRT da 11^a Região, ora merecendo destaque, tendo em vista a necessidade de adoção de medidas por parte do Regional, a fim de fomentar seu desenvolvimento, buscando alcançar sua modernidade e propiciar qualidade máxima à prestação jurisdicional, observados os anseios tanto dos jurisdicionados e usuários, magistrados e servidores.

23.1 - DISTRIBUIÇÃO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

Durante as visitas nas unidades jurisdicionais, se pode observar duas principais dificuldades na maioria daquelas. A principal se refere à capacitação dos servidores e a distribuição naquelas, sendo que algumas contam com número suficiente de servidores capacitados e com formação, enquanto que a maioria, principalmente nas varas interioranas estão funcionando graças às cedências por parte dos entes públicos conveniados. Destaque-se que o PJe, por necessidade de adequações, necessita de constante re-capacitação, merecendo que seja desenvolvido sistema, que permita a pronta transferência de conhecimento e adaptação às mudanças.

23.2 - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Com relação às instalações e equipamentos, algumas unidades locais apresentarem alguns problemas. Verifica-se que os mesmos se avolumam em relação às varas do interior. Além das dificuldades de comunicação eletrônica, que prejudica em grande monta a celeridade na efetivação de tarefas, prédios, instalações e equipamentos, na maior parte das unidades, apresentam necessidade de melhorias, como troca de móveis com adequação à ergonomia, visando a saúde dos magistrados e servidores. Foram encontradas unidades em que mesas, cadeiras e aparelhos condicionadores quebrados e sem funcionamento.

Convém destacar que foram encontradas instalações propícias à criação de transmissores de dengue, zica e outras doenças tropicais, o que leva a sugerir que haja centralização de medidas para sanar os problemas que foram noticiados nas atas correicionais e visitas realizadas.

Destaque-se que somente dois geradores foram encontrados funcionando, cabendo com urgência sua recuperação, quíça, sua substituição por geradores mais potentes, que permitam o integral funcionamento dos equipamentos elétricos e não só dos computadores e sala de audiência, uma vez que os servidores, que lá necessitam permanecer, também devem ser levados em consideração quanto à permanência em local penoso. Registre-se serem constantes apagões e reacionamento de energia nos municípios do interior do Estado.

23.3 - DA JUSTIÇA ITINERANTE

Tendo conhecimento da sistemática quanto à atividade itinerante exercida neste Regional, necessários se faz destacar diversas situações que tornar possível acontecerem desastres: uso de embarcações inadequadas para o transporte de funcionários e magistrados, ao ponto de impossibilitarem de se manterem em pé durante o trajeto e necessidade de pular fora de avião, que entrou pane.

Não resta dúvida que urge que seja debruçado sobre a situação, observando que o deslocamento, na maior parte das unidades judiciárias, só pode ser **efetivado no primeiro semestre, quando os rios são navegáveis** e destacando que a característica desse tipo de deslocamento é sua morosidade, razão pela qual o despêndio é de monta, sendo reduzida a uma viagem por ano, porém tal fato não se faz ideal, porque a prestação jurisdicional é dever do Estado, do qual não pode se furtar, diante disso deve o Regional empreender o que for possível para fazer com que a itinerância atenda os anseios dos trabalhadores, Descabido o que ocorreu no presente ano de 2016, quando as audiências tiveram que ser suspensas e postergadas para o ano de 2017.

Esta Corregedora ficou ciente que o Regional do Piauí, centralizado em Terezina, conta com um motor-home contando com sala de audiência e gabinete, totalmente equipado com sistema de internet para transmissão e recebimento de sinal, o qual é utilizado para deslocamento via terrestre para as itinerâncias, realizando tomada de reclamações, efetivação de audiência e outras atividades relacionadas à itinerância, tanto que na correição geral realizada pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, Ministro João Batista Brito Pereira, no ano de 2015, foi aventada a utilização do mesmo sistema, para atender aos deslocamentos via terrestre para realização das itinerâncias dando suporte logístico às Varas que utilizam-se das vias terrestres de deslocamento, como as localizadas em Boa Vista/RR.

Sugere-se a possibilidade deste Regional ir em busca de suporte para disponibilizar equipamento similar para atender à Justiça Itinerante nos deslocamento via terrestre, de sorte a atender às necessidades regionais, evitando a necessidade buscar a disponibilidade de materiais, equipamentos ou instalações de terceiros, que muitas vezes negam integral ou parcialmente os pleitos, como ocorreu em relação a uso de condicionador de ar, retirado em uma ocasião.

Faço destacar abaixo, os registros das atividades que foram suspensas:

JULHO/2016

Varas	Localidade	Aud/tom	Período
TABATINGA	São Paulo de Olivença	Audiência	4 a 7.7.2016
ITACOATIARA	Rio Preto da Eva	Tomada	12 a 14.7.2016
PARINTINS	Maués	Audiência	17 a 23.7.2016
ITACOATIARA	Urucurituba	Audiência	17 a 22.7.2016
TEFÉ	Juruá	Audiência	20 a 22.7.2016
EIRUNEPÉ	Guajará	Audiência	22 a 29.7.2016
MANCAPURU	Anori	Audiência	24 a 26.7.2016
ITACOATIARA	N.Olinda do Norte	Audiência	24 a 29.7.2016
LÁBREA	Tapauá e Canutama	Audiência	25.7 a 4.8.2016
P. FIGUEIREDO	Barcelos	Audiência	26.7 a 12.8.2016
P. FIGUEIREDO	Sta. Isabel do R. Negro	Audiência	26.7 a 12.8.2016
MANCAPURU	Beruri	Audiência	27 a 30.7.2016

AGOSTO/2016

Varas	Localidade	Aud/tom	Período
BOA VISTA	Caracará e outros	Tomada	1 a 5.8.2016
MANACAPURU	Caapiranga	Audiência	1 a 6.8.2016
TEFÉ	Japurá e Maraã	Tomada	4 a 12.8.2016
LÁBREA	Boca do Acre	Tomada	12 a 22.8.2016
BOA VISTA	Paracaima e outros	Tomada	15 a 19.8.2016
ITACOATIARA	Silves	Tomada	15 a 19.8.2016
MANACAPURU	Manaquiri	Audiência	22 a 27.8.2016
BOA VISTA	Caracará e outros	Audiência	29.8 a 2.9.2016
EIRUNEPÉ	Itamarati	Audiência	29.8 a 2.9.2016
ITACOATIARA	Rio Preto da Eva	Audiência	29.8 a 1.9.2016

SETEMBRO/2016

Varas	Localidade	Aud/tom	Período
PARINTINS	Boa V.do Ramos	Audiência	11 a 15.9.2016
TABATINGA	Atalaia /B. Constant	Audiência	11 a 15.9.2016
ITACOATIARA	Itapiranga	Tomada	12 a 16.9.2016
COARI	Codajás	Tomada	12 a 16.9.2016
P. FIGUEIREDO	S. Gabriel da Cachoeira	Audiência	13 a 30.9.2016
LÁBREA	Boca do Acre	Audiência	16 a 26.9.2016
PARINTINS	Barreirinha	Audiência	18 a 22.9.2016
BOA VISTA	Pacaraima e outros	Audiência	19 a 23.9.2016
TEFÉ	Japurá e Marãã	Audiência	25 a 30.9.2016
PARINTINS	Nhamundá	Audiência	25 a 29.9.2016
ITACOATIARA	Silves	Audiência	26 a 30.9.2016
BOA VISTA	Alto Alegre e outros	Tomada	28 a 30.9.2016
EIRUNEPÉ	Ipixuna	Tomada	30.9 a 11.10.2016

OUTUBRO/2016

Varas	Localidade	Aud/tom	Período
MANACAPURU	Irاندوبا	Audiência	3 a 8.10.2016
ITACOATIARA	Itapiranga	Audiência	3 a 7.10.2016
PARINTINS	Maués	Audiência	16 a 22.10.2016
BOA VISTA	Normandia e outros	Tomada	17 a 21.10.2016
MANACAPURU	Careiro	Audiência	17 a 22.10.2016
ITACOATIARA	S. Sebastião Uatumã	Tomada	18 a 22.10.2016
ITACOATIARA	Urucará	Tomada	24 a 28.10.2016
BOA VISTA	Alto Alegre e outros	Audiência	26 a 28.10.2016

NOVEMBRO/2016:

Varas	Localidade	Aud/tom	Período
MANACAPURU	Careiro da Várzea	Audiência	7 a 12.11.2016
COARI	Codajás	Audiência	7 a 11.11.2016
EIRUNEPÉ	Ipixuna	Audiência	18 a 25.11.2016
PARINTINS	Maués	Audiência	20 a 26.11.2016
ITACOATIARA	S. Sebastião Uatumã	Audiência	20 a 25.11.2016
BOA VISTA	Normandia e outros	Audiência	21 a 25.11.2016
ITACOATIARA	Urucará	Audiência	27.11 a 2.12.2016

Destacando que a prestação jurisdicional é obrigatória, não cabendo a outros órgãos judicantes proceder a condução de tais tarefas, faço assentar que deixar de prestar a jurisdição toma o significado de que o Estado está desistindo de suas prerrogativas e deveres, cabendo a responsabilização, portanto, a fim de que tal situação não volte a se repetir jamais. Coloco à apreciação dos fatos e deixo claro que esta Corregedora e a Corregedoria fizeram o possível para atender à tal necessidade, mas sem o aporte financeiro necessário não foi possível, devendo ser adotadas medidas para isentar este Regional, quiza esta Especializada, para que sejam responsabilizados aqueles que impediram e podem impedir que o Estado cumpra seu dever constitucional de prestar a jurisdição, diminuído orçamento cabível a tal fim.

23.4 - VISITAS TÉCNICAS E PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS

Esta Corregedora teve a felicidade de poder efetivar visitas técnicas em quatro Regionais: 4.^a, 12.^a, 14.^a e 15.^a Regiões, nas quais pode colher dados e conhecer sistemas. Nessas oportunidades, pode se municiar de conhecimentos e experiências, que procurou fazer compatilhar neste Regional, resultando nos planos estratégicos tanto em relação à Corregedoria, como da Ouvidoria, na qual se propõe a possibilidade de tornar a Ouvidoria independente, contando com corpo e estrutura própria, conforme existente na maioria dos demais Regionais, com isso buscando a modernização e propiciar o crescimento da Ouvidoria, conforme normas e experiências já vividas naqueles e ora carentes neste.

Destaque-se as recentes medidas do CNJT, TST, COLEOUV e OUIDORIA-GERAL DA UNIÃO, criando a possibilidade de formar uma rede de Ouvidores, não só nesta Especializada, como com a totalidade da Administração Federal e também Estados e Município. **Registre-se que a Ouvidoria se encontra integrada Rede Ouvir**, em parceria com vários Órgãos Estaduais, cooperando entre si na divulgação da prestação e com operacionalização.

De forma especial cabe destacar que nas visitas houve oportunidade de conhecer os sistemas PROAD, ora em implantação em todos os Regionais e adotados pelo CNJT como ferramenta eletrônica-administrativa para a **rede de Ouvidorias da Justiça do Trabalho**, possibilitando o interrelacionamento não só com aquelas, mas com o cabedal de Ouvidorias da Administração Pública. Deixo claro que o sistema da 12.^a Região encontra-se disponível ainda de forma gratuita, podendo a qualquer tempo ser solicitado, inclusive com acesso à código fonte.

Na mesma medida, ao comparecer no TRT da 15.^a Região foi oferecido para implantação o sistema lá conhecida como MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD, instalado no TRT 15 pela Portaria CR n.º. 17 de 21/07/2014, que possibilita a análise dos registros contantes do PJe e e-Gestão, com aplicabilidade imensa para a Gestão Estratégica deste Corte, e aplicável nesta Corregedoria para levantar dados, destacando problemas nas unidades jurisdicionais e especialmente para levantamento no atraso de prolação de sentenças, o que influi no GECJ, possibilitando a adoção de medidas para cobrança e saneamento dos problemas nas unidades. **Tenho que o TRT da 15.^a Região continuará a disponibilizar o sistema.**

23.5 - PLANO ESTRATÉGICO DA CORREGEDORIA

O que se vislumbra sobre a competência desta Corregedoria, comparada com as experiências trocadas com diversos Regionais nos encontros, principalmente, nos

Colégios de Presidentes e Corregedores - COLEPRECOR e de Ouvidores - COLEOUV, bem como o que se vislumbrou nas visitas técnicas, embora poucas, é que a área de autuação destinada à Corregedoria Regional deste Tribunal da 11ª Região encontra-se infinitamente limitada, como se ressalta e é destacado no Plano Estratégico da Corte.

Certamente resulta de uma situação histórica. **Atualmente as atividades da Corregedoria e Ouvidoria não se encontram mais ligadas à Presidência.** Após o desmembramento das competências, ora no exercício da segunda gestão pós-redistribuição das competências, **ainda estão tais atividades sobrecarregando ainda a Presidência de responsabilidades quanto ao relacionamento com o Primeiro Grau**, como acima já ressaltado, cuja competência de prover o melhor desempenho faz parte das tarefas da Corregedoria e não só a efetivação apenas de correições.

Tendo sido verificado, nos anos de 2015/2016, **que o controle das atividades de Primeira Instância se distancia da área de influência da Corregedoria**, demonstrando uma disparidade entre a organização das atividades e do controle de sua execução, torna-se necessária análise de transferir a competência de organização das atividades à Corregedoria, para conjuntamente com os demais Órgãos da Corte, e de modo especial em conjunto com a Presidência, participar da organização das atividades de Primeira Instância, de sorte a possibilitar o controle da execução das atividades.

Diante disso, destaco que venha-se a ser debruçado sobre o plano estratégico que esta Corregedora alcançou à apreciação do Colegiado Maior, com certeza colocando as atividades de Primeiro Grau sob o Órgão Interno ao qual se destina maior contato, diante da circunstância de a Corregedoria ser acionada no caso de falha de seu funcionamento, inclusive ficou assentado na Ata de Correição Ordinária da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

23.6 - PLANO ESTRATÉGICO DA OUVIDORIA

A apresentação do Plano Estratégico da Ouvidoria ao Pleno da Corte objetiva trazer à apreciação dos pares Desembargadores a prática existente em todos os demais Regionais, bem como destacar a importância que tal atividade tem tomado junto à Administração Pública em geral, concentrando-se em propor sua autonomia e criação de um quadro próprio de servidores, o que já acontece desde sua criação. Registre-se que o quadro encontra-se ora desfalcado de um servidor.

Objetivando, destacar a importância descortinou-se, além da proposições, projeto detalhando as necessidades físicas de implantação, as normas, decisões e minuta de regulamentação da Lei de acesso à Informação - LAI, além de outros documentos que destacam o quanto se reveste de responsabilidade a atuação do Setor. Contrariamente ao entendimento que se tem visto, o contato com outras experiências e a visualização do funcionamento desses órgãos em outras Unidades Regionais, demonstra que os horizontes podem e devem ser elásticos e não encarados como acasalamento com os outros Regionais, como já se ouviu ao se tentar defender as proposições relacionadas tanto à presente matéria, como em relação à Corregedoria, criando uma estrutura adequada à modernidade e voltada para atuação que já se demonstrou eficaz e passível de adequação, como já o fizeram na maioria dos Regionais.

Este Regional estará em condições de inaugurar a remodelação de seu prédio antigo, ora em reforma, sugere-se que venha deslocar para lá a Ouvidoria, para que seja facilitado o acesso, principalmente de usuários com deficiência de locomoção, bem como adequá-lo de forma prática e direta para descortinar a Ouvidoria tão logo houvesse acesso àquele pelos demais prédios.

24. SUGESTÕES APRESENTADAS PELA CORREGEDORIA

A Corregedora sugere Curso de Libras para os servidores da Ouvidoria e Distribuição.

Que seja oferecido curso de capacitação do PJe para às Varas do Trabalho do Interior e Boa Vista/RR e que seja concedido a um servidor o Fator multiplicador.

A Escola Judicial ofereça curso de aperfeiçoamento a servidores e magistrados com a ajuda da Ouvidoria com palestras sobre o funcionamento da Ouvidoria.

Força tarefa em relação as substituições para melhor resultados a serem alcançados nas metas.

25. CONCLUSÃO

Objetiva, com este Relatório, a Corregedora apresentar as atividades desenvolvidas em sua Gestão na Corregedoria Regional do TRT da 11ª Região, principalmente destacando os realizados no segundo ano, ou seja no ano de 2016.

Destaco que as atividades, que ora apresento, confirmam o empenho e seriedade da equipe da Corregedoria, condizentes com nossa essencial missão institucional, qual seja, cuidar para que a prestação jurisdicional encontre a qualidade, que do serviço público é exigido, descontadas as falhas que qualquer pessoa humana está sujeita. É revestida a presente, principalmente, da sã consciência de que as atividades foram levadas a efeito com a desenvoltura necessária na busca da satisfação dos anseios regentes da atividade pública.

Também faço alusão à nova metodologia aplicada no ciclo de Correição Ordinária, que promoveu mais entrosamento entre a Corregedoria e as Varas do Trabalho, inovando com a Correição participativa. Igualmente de que foi buscado com o maior empenho diminuir os custos, que se fez sentir com a diminuição do número de servidores e dias dispendidos na realização das correições nas unidades distantes da sede, no caso ultrapassando em mais de 50 % (cinquenta por cento) a economia feita, desta Egrégia Corte, contribuindo para despesas do Regional, tendo em vista o Corte Orçamentário.

Ressalte-se a Justiça Itinerante, também obteve êxito quanto à economia, embora não fosse possível atender a totalidade dos deslocamentos já previstos.

Manaus,

ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES
Corregedora Regional do TRT da 11ª Região

